

INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

CURSO DE ESTADO-MAIOR

2004/2006

TRABALHO INDIVIDUAL DE LONGA DURAÇÃO

**PORTUGAL SÉCULO XX E XXI:
EVOLUÇÃO DO CONCEITO ESTRATÉGICO
NACIONAL**

RAUL MANUEL ALVES MAIA

MAJOR DE INFANTARIA

**Presidente do Júri: Tenente-General José Luís Pinto Ramalho
Arguente Principal: Coronel Tirolado António Noé Pereira Agostinho
Arguente: Tenente-Coronel Sérgio Augusto Valente Marques
Arguente: Major José Alberto Dias Martins**

ESTE TRABALHO É PROPRIEDADE DO INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES.

ESTE TRABALHO FOI ELABORADO COM UMA FINALIDADE ESSENCIALMENTE ESCOLAR, DURANTE A FREQUÊNCIA DE UM CURSO NO INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES, CUMULATIVAMENTE COM A ACTIVIDADE ESCOLAR NORMAL. AS OPINIÕES DO AUTOR, EXPRESSAS COM TOTAL LIBERDADE ACADÉMICA, REPORTANDO-SE AO PERÍODO EM QUE FORAM ESCRITAS, PODEM NÃO REPRESENTAR DOCTRINA SUSTENTADA PELO INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES.

PROFESSOR ORIENTADOR:
PAULO JORGE LOPES DA SILVA
MAJOR DE CAVALARIA

“Na dialéctica entre o sonho e a realidade, o indesejável e o desejado, o universalismo e o nacionalismo, a aventura e a rotina, a acção e a passividade, temos tido a sabedoria de conservar viva a esperança de manter a resistência nacional à adversidade e de encontrar o momento oportuno para agir na direcção do saudável encontro com nós próprios, com as nossas raízes e valores.”

General Martins Barrento

RESUMO

Este Trabalho Individual de Longa Duração procura identificar, de forma metodológica, a evolução do Conceito Estratégico Nacional durante o Século XX e início do Século XXI, tendo como suporte as decisões políticas, tomadas pelos diversos governos e diversas ideologias, que permitiram responder às mais distintas conjunturas internacionais e proporcionaram ao Povo Português um desenvolvimento continuado.

O estudo da História proporcionou-nos a identificação dos pontos nodais da acção estratégica nos vários domínios – político, económico, psicológico e militar – e possibilitou-nos uma visualização das concepções que possam ter estado na origem e definição das respectivas estratégias gerais. Na análise de conteúdos apresentada tentámos deduzir, a partir da reposição histórica o racional que possa ter estado na origem, ao nível das estratégias gerais e particulares, dos objectivos estratégicos intermédios. Daí deduzimos quais terão sido os objectivos estratégicos básicos, que materializaram a missão estratégica ao nível da estratégia total, para finalmente identificar os Objectivos Políticos Nacionais e um possível Conceito Estratégico Nacional, ou as ideias-força que o orientaram.

As conclusões apresentadas, que procuraram dar respostas às questões levantadas e confirmar as hipóteses orientadoras, indiciam a existência e evolução continuada, de um Conceito Estratégico Nacional. Foi ainda possível identificar linhas de continuidade passíveis de serem utilizadas no futuro, e deduzir vectores julgados fundamentais para a concepção de um Conceito Estratégico Nacional, que terá que ser realista, saber o país que somos, e ambicioso, saber o que queremos ser.

ABSTRACT

This long term work longs to identify, in a methodical way, the evolution of the national strategic concept, during the 20th century and the beginning of the 21st century, supported by political decisions taken by governments and ideologies, allowing to answer the most distinctive international circumstances and that have been giving a continuous development to the Portuguese people.

The study of history allowed us to pin point the strategic action throw several dominions of knowledge such as the political, economical, psychological and military, as well to visualize what ever conceptions may have been at the origin and definition of the generic strategic guidelines. By analyzing the contents we try to deduce the intermediate strategic goals having as a starting point the idea that may have been at the conceptual basis of the generic and restricted level of strategy. From that point on we also deduce what may have been the basic strategic objectives that materialize the Total strategy goals so that the national political and strategic concept goals can be identified or, at least, the main guidelines of it.

The conclusions presented, which try to gives the answers to all the questions brought to subject as to guideline the line of thought, preannounce the National strategic concept in a constant ever-changing manner towards evolution and development. It was also possible to identify the lines of continuity usable in the future and deduct vectors taken as fundamental to conceive a national strategic concept, knowing the country we are, and allowing ourselves to be bold, to know what we want to be.

DEDICATÓRIA

À Elsa, ao João e à Rita pelo carinho e presença.

AGRADECIMENTOS

O trabalho que agora se apresenta, apesar do nosso empenho, não seria possível sem a preciosa ajuda de todos os que directa ou indirectamente connosco colaboraram que muito nos apraz registar e agradecer.

Em primeiro lugar a todos quantos servem, com brio e dedicação, no Instituto de Altos Estudos Militares, pois graças a eles foi possível a realização da investigação.

Igualmente à Secção de Ensino de Estratégia em geral e em particular para o Major Lopes da Silva, meu orientador, que ao longo de interessantes diálogos foram permitindo um desenvolvimento natural do estudo.

E por último aos meus camaradas do CEM 2004/2006, pela sua lealdade, camaradagem e amizade.

A todos o nosso bem-haja.

LISTA DE ACRÓNIMOS

CANIFA	Comissão Administrativa para as Novas Instalações das Forças Armadas
CAPI	Corpo de Artilharia Pesada Independente
CEE	Comunidade Económica Europeia
CEDN	Conceito Estratégico de Defesa Nacional
CEM	Conceito Estratégico Militar
CEN	Conceito Estratégico Nacional
CEP	Corpo Expedicionário Português
CN	Cordoaria Nacional
CSDN	Conselho Superior de Defesa Nacional
CPLP	Comunidade de Países de Língua Portuguesa
EFTA	Associação Europeia de Comércio Livre
EUA	Estados Unidos da América
FMBP	Fábrica de Munições de Braço de Prata
FMSC	Fábrica Militar de Santa Clara
FNEA	Fábrica Nacional de Equipamentos e Arreios
FNMAL	Fábrica Nacional de Munições e Armamento Ligeiro
GATT	Acordo Geral sobre Comércio e Pautas Aduaneiras
LMPQF	Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos
JFK	Jonh Fitzgerald Kennedy
MAAG	Military Assistance Advisory Group
MAP	Military Assistance Program
MFA	Movimento das Forças Armadas
MM	Manutenção Militar
NAC	North Atlantic Council – Conselho do Atlântico Norte
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
NRF	NATO (North Atlantic Treaty Organisation) Response Force
OECE	Organização Europeia de Cooperação Económica
OGFC	Oficinas Gerais de Fardamento e Calçado
OGME	Oficinas Gerais de Material de Engenharia
OGMA	Oficinas Gerais de Material Aeronáutico
ONA	Oficinas Navais do Arsenal do Alfeite

ONU	Organização das Nações Unidas
PEC	Pacto de Estabilidade e Crescimento
PIB	Produto Interno Bruto
SDN	Sociedade das Nações
TA	Tipo Americano
TO	Teatro de Operações
UE	União Europeia
ZEE	Zona Económica Exclusiva
I GM	Primeira Guerra Mundial
II GM	Segunda Guerra Mundial

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
1. <u>ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL</u>	7
1.1 ANTECEDENTES	7
1.2 ASPIRAÇÕES, OBJECTIVOS E INTERESSES NACIONAIS	8
1.3 DEFINIÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DOS OBJECTIVOS POLÍTICOS	9
1.4 DIVISÕES DA ESTRATÉGIA	10
1.5 CONCEITO ESTRATÉGICO	12
2. <u>PRIMEIRA REPÚBLICA</u>	13
2.1 ESTRATÉGIA POLÍTICA	13
2.2 ESTRATÉGIA ECONÓMICA	15
2.3 ESTRATÉGIA PSICOLÓGICA	16
2.4 ESTRATÉGIA MILITAR	17
3. <u>DITADURA MILITAR E ESTADO NOVO</u>	19
3.1 ATÉ AO FIM DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL	19
3.2 O PODER DAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS E OS MOVIMENTOS ANTICOLONIALISTAS	26
3.3 A GUERRA DO ULTRAMAR	32
4. <u>A DEMOCRACIA</u>	40
4.1 ESTRATÉGIA POLÍTICA	41
4.2 ESTRATÉGIA ECONÓMICA	42
4.3 ESTRATÉGIA PSICOLÓGICA	42
4.4 ESTRATÉGIA MILITAR	43
5. <u>ANÁLISE DE CONTEÚDOS</u>	45
5.1 PRIMEIRA REPÚBLICA	45
5.2 ATÉ AO FIM DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL	46
5.3 O PODER DAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS E OS MOVIMENTOS ANTICOLONIALISTAS	48
5.4 A GUERRA DO ULTRAMAR	50
5.5 A DEMOCRACIA	51
CONCLUSÕES	53
BIBLIOGRAFIA	59

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice A (ANTECEDENTES E ORDEM MUNDIAL NO INICIO DO SÉCULO XX)

Apêndice B (CLASSIFICAÇÃO POLÍTICA DAS COLÓNIAS)

INTRODUÇÃO

“O destino do Homem depende da Filosofia que adoptar e da Estratégia pela qual tente prevalecer essa mesma filosofia”

Beaufre, Introdução à Estratégia, 1998, p.63

Portugal sempre foi, no nosso ponto de vista, um país que, independentemente das suas potencialidades e vulnerabilidades, conseguiu, durante a sua história, desempenhar um papel além da força que à primeira vista transmite. É uma afirmação baseada em factos tangíveis e que leva a pensar que Portugal sempre teve um Conceito Estratégico Nacional (CEN), senão vejamos: manteve a sua soberania e independência aquando das guerras napoleónicas¹; manteve, durante um grande período, um vasto império, quando outras potências mais poderosas o não conseguiram; possuindo, desde há largos anos, uma balança comercial deficitária, sempre conseguiu encontrar soluções no sentido de a equilibrar; manteve durante 13 anos uma guerra anti-subversiva em três frentes separadas por milhares de quilómetros. E não pensemos que é o nosso ego a funcionar, a importância do seu papel é também reconhecido pela comunidade internacional quando o convida para ser membro das mais diversas organizações. O Presidente da República, Dr. Jorge Sampaio, reforça o papel de Portugal a nível mundial quando afirma que “(...) é uma Nação (...), que demonstrou, em inúmeras crises, uma excepcional capacidade para se transformar, sem nunca perder o sentido essencial de um destino nacional” (2000. p. 24). Parece-nos justo e demonstrativo das capacidades da Nação portuguesa.

Durante três quartos do Século XX, Portugal investiu na manutenção de um espaço Ultramarino, como nos diz o Professor Adriano Moreira, o “(...) Estado Novo sempre destacou o desígnio colonial como elemento fundamental do seu conceito estratégico (...)” (1999, p.52), exposto à cobiça das grandes potências, que representava cerca de 25 vezes o seu tamanho. Com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), entidade catalizadora da política anticolonialista, o surgimento do Movimento dos Não Alinhados, primeiro reforço dessa política, e a eleição, como Presidente dos Estados Unidos da América (EUA), de *John Fitzgerald Kennedy* (JFK)², segundo reforço, iniciou-se em todo o mundo um processo de descolonização. A política do Estado Novo opunha-se determinantemente a esta «manobra» política, transversal a todo o planeta. Contudo, pressões internacionais, a desgastante guerra anti-

¹ É verdade que neste capítulo a aliança com a Inglaterra se revelou importante e decisiva.

² Citado por Freire Antunes, JFK faria a seguinte afirmação: “Chamem-lhe nacionalismo, chamem-lhe anticolonialismo, chamem-lhe o que quiserem, África está a viver uma revolução” (1991, p. 42).

subversiva e a queda do regime levaram à concessão da independência às Províncias Ultramarinas. Portugal ia entrar numa nova era.

O 25 de Abril de 1974 trouxe, indirectamente, a ruptura com a opção africana. Ao novo regime político, gerador de mais apoios internacionais, caberia agora o ónus de alterar, ou manter, as ideias-força do até então, eventual, CEN, agora com recursos económicos muito mais escassos.

Internamente a Democracia trouxe novas ideias e novos vocábulos. Externamente alterou-se o relacionamento peninsular; hoje, a Espanha integra as mesmas organizações que Portugal, a globalização, forte e impiedosa, impõe ao País uma formulação exigente dos seus interesses nacionais e a ter uma estratégia de política externa, com variantes no campo económico e militar, complexa e ao mesmo tempo flexível.

Definição do objectivo de investigação

Quando hoje está em discussão e equação o posicionamento estratégico³ português, é de todo o interesse que surjam contribuições no sentido de melhor preparar esse posicionamento, este só terá validade se estiver virado para os novos quadros europeu e mundial. Assim sendo, e face ao tema proposto, “Portugal, Século XX e XXI: Evolução do Conceito Estratégico Nacional” pretende-se analisar, numa perspectiva comparativa, que pode não passar da elaboração meticulosa de um documento, a evolução do CEN até aos dias de hoje, realçando os objectivos políticos e estratégicos, ao nível da estratégia total e das estratégias gerais, que transversalmente o percorreram, e identificar linhas de continuidade rumo ao futuro. Pretendemos também apresentar possíveis vectores a ter em conta na concepção de um CEN.

Pertinência do estudo

O CEN define os aspectos fundamentais da estratégia total adoptada pelo Estado para a consecução dos respectivos objectivos políticos. Por conseguinte, é aqui que se inserem os conceitos de acção, para a estratégia total e para as estratégias gerais, que são necessários colocar em execução. A sua ausência não permite a Portugal interferir, com coerência, nas decisões fundamentais das organizações a que pertence, nem de uma forma mais global, dar resposta aos desafios com que nos defrontamos neste novo Século, que ultrapassa obviamente os Estados nacionais. Esperamos com esta investigação contribuir para relançar a reflexão sobre a importância de Portugal possuir um CEN, colocando em debate a maneira como deve ser concebido e qual a sua abrangência.

³ Severiano Teixeira refere que “ (...) tradicionalmente, Portugal desenvolveu uma prioridade Atlântica e colonial e, quando o peso do vector marítimo era excessivo, procurava compensações continentais. Hoje, pelo contrário, a prioridade é a Europa e a União Europeia e, para ganhar poder acrescido, Portugal procura revalorizar e potenciar a posição Atlântica e as relações pós-coloniais” (2004, p.12).

Delimitação

O vasto objecto do nosso trabalho, e o amplo espaço temporal que abarca, que, fora do âmbito do nosso estudo, nos levaria à composição de um documento exaustivo e porventura mais conducente com a sua importância, obriga-nos a uma primeira delimitação que terá duas orientações. Por um lado, decidimos iniciar o nosso estudo em 1910, pois só a partir desta data há a noção de que a defesa nacional⁴ abrange além das Forças Armadas outras áreas governativas; além disso, apenas abordaremos as estratégias definidas para a Metrópole e para a vertente africana do Império, que além da primeira, nos parece a única que teve uma estratégia realista para o seu desenvolvimento e manutenção⁵.

Também delimitamos o estudo a nível conceptual. Numa primeira fase, priorizamos a identificação dos pontos nodais da acção estratégica nos vários domínios – político, económico, psicológico e militar – para possibilitar uma visualização das concepções que possam ter estado na origem das respectivas estratégias gerais. Numa segunda fase, utilizamos a definição e classificação dos objectivos políticos⁶ para identificar quais as ideias-força que contribuíram para um possível CEN, em cada um dos períodos em análise.

Metodologia da investigação

No sentido de materializar o objectivo do nosso trabalho, e após este breve enquadramento, pretendemos responder à seguinte questão central: É possível identificar a existência de um Conceito Estratégico Nacional em cada um dos períodos que constituem o século XX/início do século XXI português?

Perante esta questão central foi possível identificar as seguintes questões derivadas:

- Porque entrou Portugal na Primeira Guerra Mundial (I GM)?
- Que evoluções à política do Estado Português, influenciadoras de um eventual CEN, surgem com a tomada de posse de Oliveira Salazar como Presidente do Conselho?
- Que mudanças ao nível da estratégia total foram introduzidas em Portugal com a adesão à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)?
- De que modo a Guerra do Ultramar influenciou a Grande Estratégia Nacional?
- O 25 de Abril de 1974, numa primeira fase e a descolonização, numa segunda fase, provocaram alterações significativas ao CEN?
- Que linhas de continuidade se podem reflectir num futuro CEN?

⁴ Com a evolução do nosso estudo fica-nos a ideia de que só a partir do Ultimato se introduz e ganha forma em Portugal um novo vocábulo: «*Defesa Nacional*».

⁵ Esta justificação é reforçada com a afirmação de Adriano Moreira – “Durante doze anos, a linha de acção militar portuguesa foi talvez a mais extensa do mundo. A ordem de Batalha já não podia ser apenas de prioridades, tinha que admitir escolhas” (1977, p. 41 – 42).

⁶ Recorrendo ao pensamento estratégico do General Cabral Couto.

- Quais os vectores em que se deve basear a concepção de um futuro CEN?

Com base na questão central e nas questões derivadas, foram equacionadas as seguintes hipóteses orientadoras:

- Portugal entrou na I GM por razões internas e externas. Por razões internas poderemos considerar a defesa dos territórios ultramarinos e o reforço, junto do povo, dos governos da Primeira República. Externamente a afirmação de Portugal na Europa era o facto importante para a manutenção da soberania;

- Oliveira Salazar contava com a boa vontade das Forças Armadas na execução da sua política;

- A OTAN contribuiu, decisivamente, para o desenvolvimento das Forças Armadas;

- Estruturalmente, Portugal estava preparado para defender as Províncias Ultramarinas;

- A entrada na Comunidade Económica Europeia (CEE), cujos estudos de adesão se iniciaram nos inícios dos anos 70, contribuiu para a alteração do CEN;

- A soberania nacional, a segurança e bem-estar das populações, a preservação da identidade nacional e a preservação do elo transatlântico, são as linhas de continuidade que se mantiveram no CEN ao longo do período em análise;

- A conjuntura internacional e a realidade e ambição do País são vectores incontornáveis na concepção de um eventual CEN.

Vamos optar, inicialmente, por uma metodologia de inversão/análise, ou seja, optou-se por analisar aquilo que a história⁷ (tentando evitar a tendência para um estudo de reposição histórica⁸ em detrimento da análise estratégica) indica como tendo sido realizado nos vários domínios – político, económico, psicológico e militar – para tentar chegar ao racional que possa ter estado na origem, ao nível das estratégias gerais e particulares, dos objectivos estratégicos intermédios. Para ilustrar esta situação imagine-se um observador, situado no presente, a olhar para o passado. Primeiramente irá encontrar os factos realizados e só depois o racional que esteve na origem dessas realizações. Com base na análise e antecedentes, tentar de seguida identificar os objectivos estratégicos básicos, que materializam a missão estratégica ao nível da estratégia total, para finalmente deduzir os Objectivos Políticos Nacionais e um possível CEN. Por uma questão de apresentação, no terceiro capítulo – Análise de Conteúdos – serão apresentados, pela

⁷ O General Loureiro dos Santos refere, que é “ (...) relativamente fácil, mesmo assim extraordinariamente controverso, deduzir-se os interesses nacionais que estiveram em causa e os objectivos nacionais prosseguidos durante um determinado período histórico (...) Há mesmo quem distinga as lutas que se verificaram entre os próceres de várias tendências em confronto, e critique as opções tomadas” (Santos, 1983, p. 46).

⁸ O General Martins Barreto diz-nos que a “ (...) apetência para a fundamentação histórica, como fonte de ideias ou ilustração das doutrinas, resulta de a História ser um repositório de comportamentos de poder e de evolução das sociedades, e de a Estratégia não ser passível de experimentação” (1999, p. 70).

seguinte ordem, os Objectivos Políticos, Objectivos Estratégicos Básicos, Objectivos Estratégicos Intermédios e finalmente um possível CEN.

É óbvio que ao utilizarmos este tipo de metodologia, dos factos para a concepção, do presente para o passado, poderemos incorrer em dois tipos de imprecisão, em primeiro lugar, a dificuldade em separar o que foi fruto das circunstâncias, do que resultou de uma actividade de planeamento, como refere o General Martins Barrento não “ (...) estaremos então a complicar aquilo que foi simples, descobrindo elaboradas concepções intelectuais onde prevaleceu o sentimento, o instinto (...)” (1988, p.71); em segundo lugar, a percepção e objectividade dos historiadores, e não só, relativamente à época em estudo, como refere *Marc Bloch* acerca da análise histórica, infelizmente “ (...) à força de julgar, acaba-se fatalmente por se perder até o gosto de explicar. Misturando-se os ecos das paixões do passado aos preconceitos do presente, a realidade humana reduz-se a um quadro a preto e branco” (1963, p. 123).

O recurso a entrevistas, semi-estruturadas, como complemento ao método de investigação contribuiu para a colheita de dados (e opiniões) relativos a factos, ideias, comportamentos, expectativas e atitudes, que nos conduziu a uma melhor percepção do objecto do nosso estudo.

Organização do estudo

Queremos referir como principal condicionante da organização do nosso estudo a questão metodológica do equilíbrio dos capítulos. Assumimos claramente, em virtude de não podermos ignorar a História, mas sim retirar desta os ensinamentos julgados essenciais para o estudo do futuro, a maior dimensão do terceiro capítulo. Este é demasiado importante para sofrer qualquer condicionamento.

Este Estudo divide-se em cinco capítulos, além da Introdução e das Conclusões. Com o primeiro procurámos enquadrar conceptualmente o nosso trabalho. No segundo abordámos o período temporal da Primeira República e no terceiro a Ditadura Militar e o Estado Novo, que subdividimos em três subcapítulos (Até ao fim da Segunda Guerra Mundial (II GM); O Poder das Organizações Internacionais e os Movimentos Anticolonialistas; A Guerra do Ultramar). No quarto capítulo tratámos da Democracia. Nestes capítulos foram abordados, numa perspectiva histórica, com referência a legislação nacional e a obras literárias, os factos que contribuíram para a definição das estratégias gerais em cada um dos períodos. Salientamos ainda, que nas abordagens à estratégia política, sem no entanto recorrermos a qualquer separação, fizemos, referência à política externa e à política interna respectivamente, em relação à estratégia militar, abordámos, sucintamente, os aspectos estruturais, genéticos e operacionais, por esta ordem.

No quinto capítulo – Análise de Conteúdos – que teve como base os três anteriores, levantámos, afim de chegar a um possível CEN, pela identificação de ideias-força, para cada

período, os objectivos políticos, estratégicos básicos e estratégicos intermédios, que podem ser deduzidos e essenciais para a sua construção. Tentámos ter “ (...) capacidade de síntese e de julgamento, que no limite se relaciona com a aptidão para distinguir o essencial do acessório, sacrificando o segundo ao primeiro (...)” (Clausewitz, 2003, p.89).

Nas conclusões, responderemos às questões derivadas e ao mesmo tempo confirmaremos, ou não, as hipóteses levantadas, procurando assim, e em segundo lugar, responder à questão central, isto é, identificar a existência, ou não, de um eventual CEN ao longo dos períodos em análise, tendo em mente que o “Conceito Estratégico Nacional pode resumir-se a um conjunto de princípios gerais doutrinários, a formular com a maior simplicidade possível, e tendo como propósitos defender a integridade territorial e segurança das pessoas e bens, e contribuir para a liberdade de acção do país” (Couto, 1997, p. 51). Com a identificação de linhas de continuidade passíveis de utilização num futuro próximo e a apresentação de vectores que em nossa opinião devem ser alvo de ponderação e estudo na concepção do futuro Conceito, colocaremos um ponto final no nosso trabalho.

1. ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL

1.1 ANTECEDENTES

Desde sempre o homem foi obrigado a lutar para garantir a sua sobrevivência e salvaguardar os seus bens, quer pessoais quer familiares ou ainda os do grupo em que se encontrava integrado.

Se por acaso nos primeiros alvares da humanidade o homem viveu numa natureza abundante com todos os bens de que necessitava e lhe era possível obtê-los sem recorrer a qualquer competição, tal deixou de se verificar quando foi obrigado a lutar com os animais e com os seus semelhantes para sobreviver.

A ameaça que sobre o ser humano persistiu, conjugada com o instinto de sobrevivência e com o sentimento de posse dos seus bens, levou-o ao longo dos tempos, a desenvolver acções, planos e estratégias para consolidar o seu território, a sua família, o seu grupo, a sua sociedade e a sua Nação. Da sua inteligência nasceu a convicção de que cada um devia dispor dos bens que por si só obtinha e que não estava correcto que os outros, deles o privassem e deles se apoderassem. Surgiu assim o conceito de conflito justo e a convicção de que o convívio entre os homens e os animais carecia de segurança, ajuda e solidariedade, para, em conjunto, poderem resistir e combater as ameaças e perigos com que se iam confrontando. Ganhava contornos a palavra Sociedade.

Segundo o General Pedro Cardoso, “Paralelamente com uma procura de regras ou normas de conduta em sociedade, a ser impostas por um poder, que manda que os indivíduos as cumpram sob pena de sanção, se o não fizerem e com a organização social, surgem os chefes naturais (...) que assumem o poder natural que lhes dá autoridade para julgar, decidir e aplicar sanções, usar da força ou dispor da vida” (p. 4).

Ainda segundo este autor, “A vida social vai-se tornando mais complexa, aparecem novas situações que são enfrentadas com criatividade e imaginação, que geram novos comportamentos e novas tecnologias, que provocam novos riscos e novas ameaças (...)” (p. 4). É chegada a altura da tomada de decisão. E seja de que forma, ouvido um conselho ou tomada a nível pessoal, ou qual for a decisão tomada, vai servir de precedente para a resolução de mais casos no futuro. O homem toma decisões com racionalidade, prepara o futuro com as suas experiências passadas.

O General Cabral Couto diz-nos que a “ (...) acção política (e a acção estratégica), para assentar em bases racionais, deve ser concebida na perspectiva do futuro. Daí a necessidade de ‘prever’, em vez do por vezes frequente e tradicional ‘esperar e ver’, de modo a poder-se conscientemente preparar o futuro e, tanto quanto possível, comandar os acontecimentos, em vez de caminhar a reboque destes (...)” (1988, p. 305). Assim sendo, o homem, através de uma

estratégia racionalmente estabelecida poderá, embora não totalmente, comandar o seu destino (Couto, 1988, p. 305).

1.2 ASPIRAÇÕES, OBJECTIVOS E INTERESSES NACIONAIS

Independentemente do seu poder⁹, os Estados, comandados pelo homem, pretendem, ou desejam, atingir determinados interesses, que lhes permita, de forma realista, alcançar os seus objectivos fundamentais, que poderão passar pela manutenção da soberania, pela segurança ou pelo bem-estar. O General Loureiro dos Santos (ver figura 1) refere que estes interesses nacionais são configurados nas Aspirações Nacionais, que incluem sempre aspectos realistas.

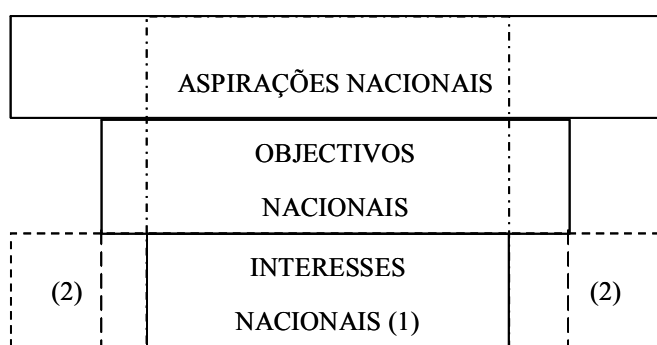


Figura 1 – Aspirações, Objectivos e Interesses Nacionais

Todavia, continua o mesmo autor, estas Aspirações Nacionais são distintas dos Objectivos Nacionais, pelo facto de conterem aspectos utópicos relacionados com elementos de cariz messiânico. (Santos, 1983, p. 45)

Os Objectivos Nacionais Permanentes que segundo o

Comandante Virgílio de Carvalho, são “ (...) metas finitas no caminho das mais utópicas Aspirações Nacionais” (1986, p.65), tornam-se, assim, o elemento central duma Grande Estratégia Nacional.

Estes Objectivos Nacionais Permanentes, que por uma questão de método passaremos a denominar de Objectivos Políticos, não estamos a falar dos objectivos da Estratégia Política, são objectivos que “ (...) expressam aquilo que o Estado-Nação programa atingir. Em princípio só deverá incluir aspectos realistas desde que correctamente formulados” (Santos, 1983, p.45). Por fim os Interesses Nacionais (na figura 1: (1) Interesses Nacionais Primários e (2) Interesses Nacionais Secundários), que segundo o mesmo autor designam o que o Estado-Nação pretende salvaguardar¹⁰. (1983, p.45). Os Interesses Nacionais, segundo o General Loureiro dos Santos (1983, p.47) são classificados segundo o seu grau de importância em Primários e Secundários e

⁹ O General Loureiro dos Santos, na sua obra «*Incursões no Domínio da Estratégia*», faz alusão, citando dois autores (*Karl Deutsch* e *Adriano Moreira*), a duas definições de Poder: “Poder político é a capacidade de prevalecer em conflito, ultrapassando os obstáculos” e “Poder político é a capacidade de fazer cumprir” (1983, p.27).

¹⁰ Segundo o General Loureiro dos Santos, os Interesses Nacionais, devem ser analisados à luz da «*Permanência*», interesses permanentes e interesses variáveis, e da «*Importância*», «*Primários*» (vitais, legítimos, fundamentais, necessários) e «*Secundários*» (materiais, limitados, instrumentais) (1983, p. 47).

segundo o grau de permanência em Permanentes e Vitais (qualquer destes pode ainda ser dividido em interesses gerais e específicos).

1.3 DEFINIÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DOS OBJECTIVOS POLÍTICOS

Como refere o Professor Marcelo Caetano, citado pelo General Cabral Couto, a Política constitui “ (...) a actividade dos órgãos do Estado cujo objecto directo e imediato é a conservação da sociedade política e a definição e prossecução do interesse geral, segundo as circunstâncias aconselharem ou exigirem” (1988, p. 215), ou seja os grandes fins da política são a «*conservação da sociedade política*» – ligada à segurança ou sobrevivência da unidade política e a «*prossecução do interesse geral*» – ligada ao progresso e bem-estar. São os chamados objectivos últimos, de carácter generalista, simples e vagos. Compete à Política definir como esses objectivos últimos devem ser atingidos, ou seja, que objectivos concretos deverão ser alcançados e que acções deverão ser tomadas.

Para fundamentar a escolha e definição desses objectivos concretos, a acção política vai fundamentar-se em duas ordens de considerações:

- Os móveis políticos, de natureza subjectiva, associados à tradição histórica e à filosofia política e os argumentos ou razões, de natureza objectiva, resultantes de uma análise da situação política.

- Quadro institucional, resultante da ideologia dominante num determinado período.

Refere ainda o General Cabral Couto que “ (...) das conclusões da análise da situação política, moduladas pelos móveis políticos e pelo quadro institucional, resultam os objectivos políticos concretos longínquos (...) ” (1988, p. 308). Estes, segundo o General Loureiro dos Santos “ (...) podem constar do texto de Leis Fundamentais (...) ” (1983, p. 270) e servem de guia à acção a longo prazo. Estes objectivos deverão “ (...) ser alcançados através de uma acção contínua e progressiva, que tenha em consideração a evolução da situação e as possibilidades do momento” (Couto, 1988, p.308). Ainda, segundo o mesmo autor aqueles “ (...) objectivos deverão ser decompostos em objectivos mais modestos adaptados às possibilidades do momento (...)” (1988, p.308). São os objectivos políticos concretos actuais, nos quais se inclui a “ (...) orientação da evolução daquelas mesmas possibilidades no sentido de se poderem atingir os objectivos longínquos” (Couto, 1988, p.308).

Nem todos os objectivos políticos deverão ser alcançados pela Estratégia, apesar de poderem surgir como «*estratégicos*». É o caso de objectivos resultantes das estratégias estrutural e genética, que visam eliminar ou atenuar vulnerabilidades ou alcançar determinadas possibilidades, como por exemplo, a obtenção de auto-suficiência em determinados recursos, a

criação de reservas de bens essenciais, a fixação de população numa dada região, a criação de uma determinada rede de comunicações, etc.

Assim, apenas os objectivos definidos pela política, que suscitem a oposição de unidades políticas adversas constituem objectivos estratégicos básicos. São estes objectivos que materializam a missão estratégica.

Tal como os objectivos políticos, os objectivos estratégicos básicos, deverão ser decompostos ao nível das estratégias gerais e particulares, em objectivos estratégicos intermédios.

1.4 DIVISÕES DA ESTRATÉGIA

Segundo o General Cabral Couto a Estratégia é “ (...) a ciência e a arte de desenvolver e utilizar as forças morais e materiais de uma unidade política ou coligação, a fim de se atingirem objectivos políticos que suscitem, ou podem suscitar, a hostilidade de uma outra vontade política (...)” (1988, p.209). Segundo esta definição, a tradicional ligação da estratégia à componente militar está ultrapassada. Todavia, segundo o mesmo autor a evolução do fenómeno da coacção, implicou a evolução do conceito¹¹ de estratégia o que fez aumentar as suas dimensões, isto é, dos seus campos de actividade que hoje se estendem à política, à economia e ao psicológico.

Segundo o Comandante Virgílio de Carvalho a estratégia vem a seguir à política, à qual compete definir os objectivos (já decompostos anteriormente) a realizar (1986, p.11). À estratégia cabe determinar, conhecendo as possibilidades e as limitações dos seus países e dos seus antagonistas, e ainda os obstáculos e oposições a vencer, a melhor forma de atingir esses objectivos. Sintetizando a “ (...) política fixa os objectivos que terá de ser realizados pela estratégia, isto é, define a missão estratégica” (Couto, 1988, p.220).

¹¹ Para efeitos do estudo decidimos nesta nota abordar três épocas de definição do conceito de estratégia: até à I GM, entre guerras e após a II GM. Até à I GM, a estratégia relaciona-se com a táctica. *Clausewitz* refere que a estratégia ordena e conduz a acção dos combates e a táctica relaciona os combates entre si para atingir os fins da guerra. Em termos nacionais o General Sebastião Teles define a estratégia como a parte da ciência positiva da guerra que estuda as combinações a fazer com as forças militares nas diversas situações em que possam encontrar-se, a estratégia surge assim como uma complexa combinação de operações tácticas (Alves, 1999, p. 94-95).

Após a I GM deu-se uma evolução no conceito, embora se mantivesse a dicotomia estratégia-táctica. O Coronel português Ferreira Chaves considera a estratégia a arte de comando e a táctica a arte de dispor as tropas para atingir um fim determinado. O General Lopes Alves refere que a definição mais original surge no entanto em França, da autoria do General *Brallion* que nega que a estratégia seja apenas apanágio exclusivo dos chefes superiores, isto é, todos os Comandantes, de todos os escalões farão em determinado momento estratégia, pelo que esta deveria ser ensinada a todos os escalões de comando. Ainda entre guerras, *Lidell Hart*, inglês, colocou o conceito de estratégia noutra dimensão. Tendo por base as ideias de *Clausewitz*, *Lidell Hart* criou a «*Pequena Estratégia*», como a arte de repartir e empregar os meios militares para atingir os fins da política, e a «*Grande Estratégia*», para as direcção e coordenação de todos os recursos do Estado para a mesma finalidade (Alves, 1999, p. 96).

Foi no entanto após a II GM, com o General *Beaufre*, que a estratégia ganhou a dimensão que hoje se conhece. O militar francês, é da opinião que as definições de *Clausewitz* e de *Lidell Hart* são um pouco limitadas, isto é, ela respeita em exclusivo às forças militares. Assim sendo propõe outra definição de estratégia: a arte de utilizar a força para a concretização dos objectivos da política (*Beaufre*, 1998, p.35).

Segundo o critério das formas de coacção, do General Cabral Couto e, segundo o critério da abrangência, do General Martins Barrento, enunciaremos de seguida as divisões da estratégia.

- Estratégia Total

À estratégia total cabe concretizar os fins da acção estratégica, à luz dos objectivos políticos, exercendo o controlo superior, corrigindo desvios que se venham a verificar. Passa-se ao nível político e muitas vezes confunde-se com o nível político.

- Estratégias Gerais

A cada estratégia cabe, com base na missão que lhe foi definida pela estratégia total, repartir e combinar as tarefas que deverão ser executadas nos diversos ramos de actividade do domínio considerado. Foram consideradas as seguintes componentes:

- Estratégia Política
- Estratégia Económica
- Estratégia Psicológica
- Estratégia Militar

Todavia, como salienta o General *Beaufre*, “ (...) embora exista efectivamente uma estratégia geral militar que procura combinar da melhor maneira as acções terrestres, aéreas e navais, não existe a noção de estratégia geral adaptada à área da política, à área económica, ou à área diplomática. É no entanto nestas áreas que a estratégia se pratica diariamente sem disso nos darmos conta” (1998, p. 45).

- Estratégias Particulares

As estratégias gerais podem-se subdividir, de acordo com a natureza dos meios físicos e dos sectores a que se dirigem, em estratégias particulares. Assim podem-se considerar:

- Na Estratégia Política

Política Interna

Obtenção e melhoria dos recursos humanos; formação de cidadania para aumento das forças morais; detecção de aspirações (acção pedagógica para combater o laxismo).

Política Externa

Inserção na comunidade internacional; relações com outros Estados da cena internacional.

- Na Estratégia Económica

Produção, Financeira, Comércio Externo.

Recursos susceptíveis de aplicação estratégica; principais dependências do exterior; principais dependências de terceiros: recursos existentes.

- Na Estratégia Psicológica

Informação, Propaganda, Contra-Propaganda.

Informação/Formação do público, Informação.

- Na Estratégia Militar

Terrestre;

Marítima;

Aeroespacial.

Segundo o critério dos meios, do General Martins Barrento, foram consideradas:

- Estratégia Estrutural

Correspondentes à composição, organização ou articulação dos meios.

- Estratégia Genética

Relacionados com a invenção, concepção e obtenção de novos meios.

- Estratégia Operacional

Relativos ao emprego de meios.

1.5 CONCEITO ESTRATÉGICO

O último juízo que consideramos importante para a compreensão do tema é o de conceito estratégico. “Um Conceito Estratégico é uma elaboração intelectual apropriada a um espaço geográfico e político, a um poder com capacidade para utilizar certos vectores estratégicos e a uma determinada conjuntura – é portanto percepção de um ambiente e rumo para uma acção” (Barrento, 1988, p. 69).

2. PRIMEIRA REPÚBLICA

A Primeira República¹², iniciada em 5 de Outubro de 1910, foi dos tempos mais conturbados da história de Portugal. Oito Presidentes da República, e quarenta e cinco governos são indicadores do que acabamos de dizer. Tais mudanças fazem crer, à partida, na inexistência de um projecto para o país. No entanto, pela análise da Constituição de 1911, a integridade do território nacional era um objectivo político, como o demonstram os artigos 1º e 2º¹³. Subsiste a dúvida de saber se a instabilidade política vivida¹⁴ permitia a Portugal ter o ambiente nacional necessário para a prossecução de qualquer objectivo, fosse ele de natureza política ou de qualquer outro espécime.

2.1 ESTRATÉGIA POLÍTICA

A Constituição de 1911 é o documento base da estratégia política seguida durante a Primeira República. Esta, refere que a soberania reside essencialmente na Nação e que são órgãos da Soberania Nacional, o Poder Legislativo, exercido por duas Câmaras, dos Deputados e Senado, o Poder Executivo, exercido pelo Presidente da República e pelos Ministros e o Poder Judicial, que terá por órgãos um Supremo Tribunal de Justiça e tribunais de primeira e segunda instância. O governo, republicano, preocupou-se, essencialmente, em laicizar o Estado, com a legislação social e com o ensino. (Viana, 1996, p. 196).

As medidas, tomadas rapidamente, provocaram a cisão partidária assim como o levantamento de confrontos com outras instituições, entre as quais a Igreja. Em termos políticos, podemos afirmar que a Primeira República se dirigiu para um estado caótico¹⁵ que terminaria com o golpe militar de 28 de Maio de 1926¹⁶. As divergências existentes no tecido nacional eram tantas e tão diversas que, em nossa opinião, a defesa das colónias¹⁷, opção estratégica estrutural, com grande relevância na política interna, era a única que reunia consensos.

¹² A inserção do Apêndice A neste nosso estudo, leitura que desde já se recomenda, teve como principal finalidade dar a conhecer qual a conjuntura que se vivia antes de 1910.

¹³ Artigo 1.º “A Nação Portuguesa, organizada em Estado Unitário, adopta como forma de governo a República (...)”

Artigo 2.º “O território da Nação Portuguesa é o existente à data da proclamação da República.”

“(...) A Nação não renuncia aos direitos que tenha ou possa vir a ter sobre outro qualquer território.”

¹⁴ Podemos afirmar que esta instabilidade foi iniciada pelo governo provisório da República devido a duas “ (...) situações políticas fundamentais: o conflito com a Igreja e a elaboração da nova Constituição” (Saraiva, 2004a, p. 63).

¹⁵ Surgiram durante este período os mais variados conflitos e intrigas internas de que são exemplo: o complot da Cova da Piedade, o movimento das espadas e a intentona de 1918.

¹⁶ A ideia de que o regime vigente era fraco e permissivo, o aparecimento de regimes autoritários na Europa (a ditadura «*Riverista*» em Espanha e o «*Fascismo*» em Itália, levaram alguns sectores dentro da política e das Forças Armadas a seguir o mesmo percurso. Assim surgiu o movimento militar que iria derrubar a República democrática.

¹⁷ Introduzimos no nosso estudo o Apêndice B com o objectivo de dar a conhecer quais os critérios e como se classificam politicamente as colónias.

Em termos de política externa, a participação na I GM (era então Primeiro-Ministro Bernardino Machado, apoiado pelo Partido Democrático, de Afonso Costa) foi o facto mais marcante durante a Primeira República. Todavia, internamente, o apoio aos Aliados não reunia consensos. A corrente intervencionista contava, além dos democratas, com o apoio dos unionistas de António José de Almeida. Estes eram da opinião que a intervenção portuguesa ao lado dos Aliados reforçaria a posição nacional em África. Os republicanos e monárquicos adoptaram, de início, uma postura expectante, mas posteriormente evoluíram para uma posição abstencionista. Defendiam que a capacidade militar deveria ser concentrada no envio de forças expedicionárias para África. Para o Professor Hermano Saraiva na “ (...) base dos debates estavam irreductíveis elementos ideológicos: as ‘esquerdas’ eram pelos Aliados, que diziam representar a causa da liberdade, as ‘direitas’ eram pelos Alemães, que se identificavam com a autoridade e a ordem” (1998, 352).

Preparando a participação portuguesa¹⁸, foram formadas duas forças expedicionárias:

- O Corpo Expedicionário Português (CEP)¹⁹, que ficaria sob as ordens do Marechal *Sir Douglas Haig*, na área territorial da Flandres e, operacionalmente, na dependência directa do comando do Primeiro Exército Britânico;

- O Corpo de Artilharia Pesada Independente (CAPI), subordinado ao comando francês.

A decisão foi tomada na sequência de um pedido efectuado pelo governo britânico, em nome da «*antiga aliança*», e assentou principalmente em três razões: “ (...) para salvar as colónias” (Teixeira, 1996, p.373), que se constituiu “ (...) numa condicionante de peso e um factor de mobilização importante, de resto o único que reuniu consenso na sociedade portuguesa (...)” (Teixeira, 1996, p.374), para resolver a tese europeia-peninsular e para alcançar a legitimidade da República. Qualquer destas razões apresenta, no entanto, diferentes objectivos.

Em relação à primeira, além do indiscutível “ (...) interesse económico e estratégico, por parte das grandes potências: a França, a Inglaterra e a Alemanha (...)” (Teixeira, 1996, p.373), o “ (...) entrar em guerra ao lado dos aliados e pela mão da Inglaterra era uma dupla garantia (...)”

¹⁸ Os principais factores que conduziram a uma participação activa no Teatro de Operações (TO) Europeu na opinião do General Ramires de Oliveira, foram: A política interna, cujos dirigentes e seus seguidores defendiam a causa da democracia; a interpretação portuguesa sobre as obrigações decorrentes do Tratado de Aliança com a Grã-Bretanha; A patente convicção que só a entrada na guerra poderia favorecer a manutenção dos territórios ultramarinos, ameaçados como estavam pelas grandes potências, em particular pela Alemanha; a pretensão de mostrar ao mundo a unidade republicana e a capacidade do novo regime português poder empenhar-se numa guerra que se previa duradoura, envolvendo elevados efectivos e meios de combate (1993, p. 164).

¹⁹ O CEP marcou presença no conflito em Janeiro de 1917, sob o comando do General Tamagnini, constituído inicialmente por uma Divisão sob o comando do General Gomes da Costa, e posteriormente por duas Divisões, com efectivos de 1551 Oficiais e 38.034 praças (os Sargentos faziam à época parte da classe de Praças) (Falcão, 1998).

em primeiro lugar, contra as pretensões territoriais da Alemanha²⁰, no Sul de Angola e no Norte de Moçambique (...) em segundo lugar, contra as tentações britânicas de jogar as colónias portuguesas como mecanismo compensatório nas negociações de paz” (Teixeira, 1996, p.374).

Em relação ao tema da tese europeia-peninsular, Portugal perseguia dois objectivos: “ (...) o primeiro, vago e longínquo, a reconquista do lugar perdido no concerto das nações, ao nível europeu; o segundo, concreto e imediato, afastar o ‘perigo espanhol’, no quadro peninsular (...)” (Teixeira, 1996, p.375) (relembramos aqui as incursões, monárquicas, em território nacional, de Paiva Couceiro, que a Espanha apoiava directamente). A terceira razão, porque, além de servir os interesses do Partido Democrático, em termos de legitimidade para governar, iria proporcionar a estabilidade política e governativa de que a República tanto carecia²¹ (Teixeira, 1996, p.380).

Todavia, internamente, devido às divergências políticas, era um pouco imperceptível a estratégia política que se pretendia adoptar. A confirmar a constante instabilidade, atente-se na citação do Professor Hermano Saraiva que refere que as “ (...) revoluções em Portugal tornaram-se periódicas e, como tal não há razão para que não entrem, como a chuva ou o bom tempo, as festas mudáveis e os dias feriados, nas previsões dos meteorologistas e nos programas do Borda d’Água” (2004, p.103). No entanto, sem atendermos a qualquer conotação política, podemos afirmar que a criação de um poder nacional credível, seria um objectivo a alcançar.

A criação, em 1911, do Ministério das Colónias, deu início à introdução de mudanças na administração dos territórios ultramarinos. A descentralização era a palavra forte desta transformação, bem visível no artigo 67º da Constituição que determinava que “ (...) na administração das Províncias Ultramarinas predominará o regime de descentralização, com leis especiais adequadas ao estado de civilização de cada uma delas”. Todavia, o empenho na defesa da integridade dos territórios ultramarinos permanecia inalterável e assim, o Governo Português, fez embarcar em Setembro de 1914, duas expedições militares para o reforço das costas de Angola e Moçambique (Oliveira, 1993, p.170).

2.2 ESTRATÉGIA ECONÓMICA

Durante o período em análise as quedas do governo e o desgaste do parlamentarismo são a expressão regular e endémica de crises económicas de forte raiz externa, com as finanças públicas a entrarem em descalabro. A participação directa na I GM, as estimativas da

²⁰ Em vésperas da Grande Guerra, as Províncias Ultramarinas portuguesas estavam classificadas pelos alemães como área de expansão.

²¹ Segundo Medeiros Ferreira “ (...) a questão do reconhecimento internacional da I República atingiu uma importância externa e interna sem paralelo (...). (2003).

contabilidade nacional, embora pouco fidedignas, apontam que em 1920 o Produto Interno Bruto (PIB) apresentava um decréscimo de 10% em relação a 1900 (Lopes, 2004, p. 134), e a paralisia dos fluxos de trocas internacionais²² acentuaram os défices orçamentais e trouxeram graves problemas de financiamento da balança de pagamentos. Surgiram várias correntes para resolver o problema, todavia a “ (...) corrente de opinião mais forte e prevalecente foi aquela que vislumbrou nas colónias de África a possibilidade de construir um ‘novo Brasil’ que viesse a ser o sustentáculo económico de uma Metrópole pobre e falha de recursos para enfrentar a concorrência feroz que se vivia na Europa” (Afonso, 2004, p.12). Iniciou-se por esta altura a recuperação financeira. Tiveram papel preponderante na melhora económica a reforma fiscal de 1922, a revisão dos direitos aduaneiros, no ano seguinte, e o fim imediato da inflação, esta última, uma vez adoptada a política de revalorização do escudo. Estas reformas foram conduzidas por Álvaro de Castro, que, em 1924, acumulou as Finanças com a Presidência (Garrido, 2004, p.457).

2.3 ESTRATÉGIA PSICOLÓGICA

Os valores da República não alteraram em nada o que vinha do antecedente, “ (...) o governo não tinha política: e cada membro cuidava ciosamente de si próprio (...)” (Nogueira, 1971, p.364). Recordam-se aqui as palavras de Teixeira Gomes, citadas por Franco Nogueira, “ (...) os homens nas mãos de quem os destinos do nosso país caíram não dão provas suficientes de capacidades; nem as podiam dar, falhos inteiramente do indispensável tirocínio que somente se alcança em países organizados, tratando com estadistas experientes e conhecedores das suas forças e das suas aspirações. Mas podiam ser patriotas?” (1971, p.365). Citado pelo mesmo autor, João Chagas “ (...) afirmava que os republicanos não se entendem e parecem, com as suas aparentes incompatibilidades, condenar a própria república” (1971, p.365).

Era, todavia, compreensível a atitude, dado que não podemos ignorar que a “ (...) geração que proclamou a República, na manhã de 5 de Outubro de 1910 (...), foi a mesma que viveu, na juventude, a afronta do ultimato inglês (...)” (Afonso, 2004, p.12).

Embora, internamente, os problemas se intensificassem, devido às mais diversas querelas políticas, para o exterior procurava-se passar uma mensagem de coesão nacional, bem patente nas palavras de Sidónio Pais, após o golpe de estado que derrubou o governo de Afonso Costa, – “Soldados Portugueses batem-se em África e na Europa, contra os alemães, numa guerra que nos foi declarada, talvez avaliando pela nossa pequenez o nosso valor, guerra dentro da qual nos

²² Ainda assim a Inglaterra, “ (...) era a primeira importadora, a primeira fornecedora, a primeira investidora, a transportadora e a credora. Muito pragmaticamente, era impossível fugir à aliança com a Inglaterra (...)” (Samara, 2001, p. 71).

conservaremos até final, e o final será a vitória dos que se batem pela boa causa, a causa da justiça, a causa dos aliados” (Ferreira, 2002, p. 139).

2.4 ESTRATÉGIA MILITAR

Em 1911, no âmbito das reformas da República, foi promulgada a reorganização do Exército. Esta “ (...) assentava em cinco grandes pilares conceptuais que constituíam uma verdadeira inovação em Portugal: a) impossibilidade de remissão a dinheiro do serviço militar obrigatório; b) substancial redução do tempo de serviço militar obrigatório; c) alteração dos conceitos de reserva; d) estabelecimento de períodos de preparação militar anteriores e posteriores ao tempo de serviço militar obrigatório; e) desaparecimento da noção de exército profissional para dar lugar à de exército miliciano” (Afonso, 2004, p. 25).

A reorganização define que em termos estruturais “ (...) o organismo defensivo da nação é constituído por três agrupamentos: Armada, Exército metropolitano e Exército colonial” (Ribeiro, 2004, p.116). Ainda segundo o mesmo autor esta articulação visava reduzir a incorporação de indivíduos da Metrópole no Exército colonial (2004, p. 116).

O General Ramires de Oliveira refere que o “ (...) Governo Provisório submeteu o Exército a profundas transformações. São tomadas medidas de administração de pessoal sobretudo em relação aos chefes militares e aos oficiais (...)” (1993, p. 97). O Estado, atendendo à conjuntura internacional, e antevendo o grande conflito que se esperava na Europa, embora os condicionamentos financeiros não permitissem grandes desvarios, prepara o Exército, realizando um esforço de rearmamento, para a guerra.

Em 1911, Portugal ambicionava um novo programa naval, agora contando também com o apoio do nosso mais antigo aliado. Este, no entanto, prevendo o início da I GM, retirou o apoio. Só em 1913, com o orçamento equilibrado de Afonso Costa, foi possível levar por diante o programa²³.

Segundo Silva Ribeiro (2004, p. 124), é em 1914 que se dão os primeiros conflitos em África com os alemães. Com a partida da primeira expedição militar para as colónias o carácter expedicionário ganhou relevo.

Em 26 de Janeiro de 1917 dá-se o embarque do primeiro contingente português para França. As duas Divisões sob o comando dos Generais Gomes da Costa e Simas Machado ocupam um sector em *Ferme-du-bois* e *Chapigny*. O Professor António Telo, referiu que à data a actividade

²³ Após o início da guerra foi organizada uma Divisão Naval com a missão de da defesa das costas da Metrópole e das Ilhas Adjacentes e a responsabilidade de patrulhar os mares respectivos. A Marinha de Guerra combateu também, ao lado das tropas do Exército no Sul de Angola e no Norte de Moçambique (Oliveira, 1993, p.173).

operacional se resumia a “ (...) escaramuças a nível de patrulha, pequenos duelos de Artilharia e a mini-ofensivas a nível de patrulhas” (1995, p. 272).

3. DITADURA MILITAR E ESTADO NOVO

A integração da ditadura militar neste capítulo deve-se sobretudo à sua parca influência no assunto em análise. O facto de ter posto termo a dezasseis anos de instabilidade governativa e o ter dado início à estabilização da economia²⁴, são, no entanto, factos dignos de realce. Todavia não podemos afirmar que não existia um CEN, pois estaríamos a contrariar as palavras do General Gomes da Costa, Comandante Supremo das Forças Armadas, citado pelo General Ramires de Oliveira: “A Nação quer um governo nacional forte, rodeado das melhores competências (...). Quer um governo forte, que tenha por missão salvar a Pátria, que concentre em si todos os poderes para na hora própria, os restituir a uma verdadeira representação nacional (...). Entre todos os corpos da Nação em ruínas é o Exército o único com autoridade moral e força material para consubstanciar em si a unidade duma Pátria que não quer morrer” (1993, p. 296).

Mas o realce vai para o Estado Novo, o outro vector deste capítulo, que constitui o grande espaço temporal vivido por Portugal no século XX. Segundo Franco Nogueira, no seu início “(...) três acontecimentos fundamentais iam revelar a precariedade dos mitos e demonstrar a acção das forças permanentes: a subida de Adolfo Hitler ao poder na Alemanha; o conflito ítalo-etíope e a guerra civil de Espanha. E nos dois últimos foi Portugal chamado a tomar posição” (1971, p. 400). Mas o pós-guerra trouxe outros acontecimentos com influência no CEN português, como foi o caso da bipolarização do mundo, que levou Portugal a aderir à OTAN. Todavia seria a criação da ONU, organização que viria a despoletar o movimento anticolonialista mundial, que mais problemas traria a Portugal. A expansão e as ambições deste movimento levariam o País à Guerra do Ultramar, que se prolongou durante treze anos.

3.1 ATÉ AO FIM DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Este período apresenta duas fases distintas que podemos denominar o antes e o depois de Salazar. O antes de Salazar, é perfeitamente inócuo de análise (atendendo à temática em causa), pelo que nas linhas seguintes, com excepção de algum ponto que mereça ser focado, abordaremos o pós-Salazar.

A nomeação de Oliveira Salazar, economista, que mais tarde seria reconhecido pela sua aura de competência técnica, para a pasta das finanças, em 26 de Abril de 1928, foi o primeiro passo para colocar um ponto final na Ditadura Militar, já muito contestada, tanto a nível nacional como

²⁴ Aquando da realização da Conferência Económica Internacional, em 1927, promovida pela Sociedade das Nações (SDN), cujo objectivo era tornar a Europa economicamente segura e incrementar a segurança colectiva, já Portugal apresentava uma economia em crescendo. Ao clima político e económico que se vivia na Europa, Franco Nogueira chamava «*Paz Ilusória*» (1971, p. 400).

internacional. A sua indigitação para Presidente do Conselho de Ministros, em 1932²⁵ (cargo que ocuparia até 1968) com a consequente mudança de orientações políticas, bem visíveis no texto constitucional do mesmo ano, tornar-se-ia o facto mais relevante deste período.

Todavia, antes de avaliarmos, ao nível das diferentes estratégias qual o rumo que foi seguido, não esqueçamos que, à data, Portugal era “ (...) um pequeno país com um grande império espalhado por três continentes e separado por um oceano que outros dominam (...). Demasiado grande para que tenha a veleidade de o defender sozinho contra as cobiças das potências europeias” (Telo, 1987, p.25).

3.1.1 Estratégia Política

A Ditadura Militar preocupou-se, apenas, “ (...) com a questão do equilíbrio financeiro das contas públicas.” (Cadete, 1991, p.219). O governo esforçou-se para conseguir um empréstimo externo (Saraiva, 2004, p.16), que no entanto foi recusado pela SDN, que pretendia o “ (...) controlo internacional das finanças portuguesas, e que o Governo reputou incompatível com a soberania nacional” (Saraiva, 2004, p.16). Depois da tomada de posse, Salazar citado por Saraiva, deixou poucas dúvidas acerca da estratégia que a partir desse momento Portugal iria seguir quando afirmou: “Sei muito bem o que quero e para onde vou, mas não se me exija que chegue ao fim em poucos meses. No mais, que o País estude, represente, reclame, discuta, mas que obedeça quando se chegar à altura de mandar” (2004, p.17). Realçamos duas linhas orientadoras, fundamentais para Oliveira Salazar, expressas de forma directa e indirecta no texto constitucional de 1933: O Estado como figura central da sociedade portuguesa; a importância da família nessa mesma sociedade. Estava em causa a coesão nacional.

Durante este período do Estado Novo a política externa portuguesa conheceu, sobretudo, dois momentos distintos, correspondentes a dois recortes da cena internacional: o primeiro, entre guerras, marcado pelo reforço da «*velha aliança*»²⁶; o segundo marcado pelos grandes acontecimentos internacionais – a intervenção na Guerra Civil de Espanha e a neutralidade²⁷, dita «*geométrica*», e depois «*colaborante*», na II GM (1939 – 1945), e que se constituiu como uma notável obra de estratégia de política externa²⁸.

²⁵ Segundo Hermano Saraiva, Oliveira Salazar “ (...) escolheu um ministério com maioria de civis; os generais começaram a ser substituídos por professores da Universidade” (1998, p. 357).

²⁶ As relações com a Inglaterra estavam na base de toda a acção diplomática de Portugal.

²⁷ Severiano Teixeira, refere-nos que Oliveira Salazar era movido em primeiro lugar pelo imperativo diplomático de afastar a Espanha das potências do Eixo, em segundo lugar tinha em atenção o baixo grau de eficácia e prontidão das Forças Armadas portuguesas (2004, p.47).

²⁸ Portugal, através de João Bianchi, Ministro em Washington, deu garantia dessa mesma neutralidade, numa carta que dizia que “Portugal tem mantido durante a presente guerra uma posição neutral que não implica a quebra dos seus compromissos internacionais. Esta neutralidade tem sido rigorosamente mantida e tem garantido à Europa e às duas Américas o seu último contacto directo” (Saraiva, 2004, p.40).

A juntar a estes dois recortes, a afirmação de um Portugal atlântico e a implementação do projecto colonial africano eram também opções estratégicas de Oliveira Salazar. No sentido de não existirem desvios sobre a orientação traçada, o Presidente do Conselho chamou a si a pasta dos Negócios Estrangeiros que ocuparia entre 1936 e 1947 (Teixeira, 2004, p.35).

Na Guerra Civil de Espanha (1936-1939), a posição portuguesa, a que não são alheias razões de ordem ideológica e de segurança do regime, é de uma estratégica duplicidade: por um lado, oficialmente, tenta manter uma certa neutralidade e participa, em Londres, na «*Comissão de Não Intervenção*»; por outro, oficiosamente, não poupou apoio aos nacionalistas com quem, findo o conflito, assina um «*Tratado de Amizade e Não-Agressão*», o chamado «*Pacto Ibérico*». Na II GM, numa tentativa aliás conseguida de equilíbrio entre o Continente e o Atlântico, o «*Pacto Ibérico*», “ (...) instrumento através do qual Francisco Franco e Oliveira Salazar visavam diminuir a vulnerabilidade peninsular face à agressão centrípeta do Eixo e dos Aliados” (Antunes, 1991, p.22), e, fundamentalmente, a Aliança Inglesa, serão o cerne da neutralidade portuguesa. As relações estreitas entre os Estados peninsulares, mantendo a distância em relação aos blocos que lhe eram próximos – Portugal em relação aos Aliados, a Espanha em relação ao Eixo – e as relações privilegiadas com a Grã-Bretanha, a quem a neutralização da Península não deixava de interessar – devido à questão de Gibraltar –, possibilitaram, através de seis anos de conflito e vicissitudes várias (como por exemplo as questões dos Açores e do volfrâmio), levar até ao fim esta neutralidade.

Até 1933 existiram três ditaduras: a militar, a financeira e a política. Durante a primeira que dividimos em quatro fases, associada a cada um dos quatro governos, Mendes Cabeçadas, Gomes da Costa, Fragozo Carmona e Vicente de Freitas, podemos afirmar que a estratégia de política interna residia no facto de evitar que o poder retornasse aos republicanos.

As revoltas na Madeira e nos Açores são o catalizador específico para a entrada na ditadura política. Esta só terminou com a publicação, em 19 de Março de 1933, da Constituição da República, que deu início ao Estado Novo.

O Acto Colonial²⁹, que se constituía como uma subconstituição para o Ultramar, deu voz à estratégia política para as Províncias Ultramarinas. O artigo 2.º dizia bem a ambição do regime: “É da essência orgânica da Nação Portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas que neles se

²⁹ Este decreto, N.º 18 570, de 8 de Julho de 1930, tinha como principal objectivo a substituição do Título V da Constituição de 1911 (Da administração das Províncias Ultramarinas). Foi novamente publicado em 11 de Abril de 1933, em cumprimento e nos termos do que dispunha o artigo 132.º da Constituição do mesmo ano.

compreendam, exercendo também a influência moral que lhe é adstrita pelo Padroado do Oriente.”

A estratégia que se pretendia para o Ultramar tinha no entanto que ser assimilada por todos os intervenientes. Nesse sentido, o Acto Colonial, como base da política ultramarina não satisfazia todos os requisitos. Assim foram realizadas: a I Conferência dos Governadores Coloniais (1933); a Exposição Colonial (1934); a II Conferência de Governadores Coloniais e a I Conferência Económica do Império (1936). (Ferreira, 2002, p.187). Segundo o mesmo autor e no “ (...) sentido da unidade nacional são promulgadas a Carta Orgânica do Ultramar Português e a Reforma Administrativa Ultramarina” (2002, p.187).

Teve ainda papel importante na estratégia política de Oliveira Salazar a União Nacional³⁰. Esta, era uma associação sem carácter de partido e independente do Estado e utilizava as reuniões públicas de propaganda, os estudos dos assuntos nacionais e o desenvolvimento do espírito patriótico, como meios para atingir o seu principal fim: a defesa do Estado Novo como fundamental para a criação de um Estado nacional unitário, pacífico e civilizador (Estatutos da União Nacional, 1933).

3.1.2 Estratégia Económica

A “ (...) consolidação financeira e a normalização da vida económica foram as principais preocupações dos governos saídos do golpe militar de 28 de Maio de 1926” (Garrido, 2004, p.459). Todavia, só depois de 1928, data em que o Exército já tinha saído da Política, se abriu caminho à unidade política da ditadura militar e à emergência do Estado como árbitro supremo da vida económica (Garrido, 2004, p.459).

É com esta estratégia, reflectindo o primado da política sobre a economia, como, aliás, vem transcrito no texto constitucional de 1933³¹, cuja finalidade era cuidar da ordem social e evitar a erosão da autoridade do Estado, (Rosas, 1986, p.60-61), e que se manteria até ao fim do regime, que se consolida a chamada «*economia sã*» (Garrido, 2004, p.459). Oliveira Salazar, cuja actuação parece pretender a destruição do Estado liberal, promove ainda o regresso de capitais ao mesmo tempo que prepara campanhas de fomento de base autárquica em diversas produções agrícolas e da pesca.

Sintetizando, podemos afirmar que a Estratégia económica, um pouco à semelhança do que aconteceu a partir de 1920, e tendo em atenção as medidas introduzidas por Oliveira Salazar, tinha como principais objectivos a atenuação de vulnerabilidades, através de uma política de

³⁰ Os Estatutos da União Nacional foram aprovados em 20 de Agosto de 1932, através do Decreto n.º 21 608.

³¹ O art.º 31 do texto constitucional de 1933 referia que “O Estado tem o direito e a obrigação de coordenar e regular superiormente a vida económica e social (...)”.

auto-suficiência alimentar e desenvolvimento de infra-estruturas, quer na Metrópole, quer no Ultramar. A estabilidade política e a garantia da ordem pública permitiram um crescimento económico generalizado³².

3.1.3 Estratégia Psicológica

Oliveira Salazar tentou, através de propaganda interna³³, criar condições para implementar as medidas por si preconizadas na Constituição da República de 1933 e no Acto Colonial. A estratégia passava por levar a população a aceitar que o centro do império era a Metrópole e que todas as Províncias Ultramarinas deveriam trabalhar para o seu desenvolvimento. Reforça esta posição, a ideia de que não era admissível que aí se tivessem gasto mais de 150 milhões de libras, desde 1850, considerando os défices provinciais, as despesas com a secretaria do Ultramar e as despesas que foram suportadas pela I GM³⁴. E se é verdade, efectuado um balanço, que nos vieram das colónias benefícios notáveis, pelo emprego de mão-de-obra e pelo comércio, teria sido muito mais vantajoso para Portugal que os 150 milhões tivessem sido aplicados na Metrópole (Figueiredo, 1975, p.96).

Por outro lado a comparação feita nas escolas com os professores a mostrarem às crianças o mapa do Império em oposição ao da Europa, de que resultava que Portugal não era um país pequeno, mostrava a segunda vertente em que Salazar pretendia investir a nível psicológico, como um dos grandes desígnios do regime, a reeducação (Figueiredo, 1975, p.100).

Podemos afirmar que a estratégia psicológica contribuiu para o desenvolvimento do ideário do regime e como forma de propaganda, quer a nível interno quer a nível externo.

3.1.4 Estratégia Militar

O Presidente do Conselho sabia que os militares, como garantes da estabilidade governativa, eram de extrema utilidade para, numa primeira fase, implementar e, numa segunda fase, prosseguir as suas ideias para a Nação. Embora não fosse sua intenção hostilizá-los, a nota que em 25 de Maio de 1935 dirigiu ao país também não lhes augurava nada de bom. Citado pelo

³² A Lei da Reconstituição Económica, de 24 de Maio de 1935, “ (...) que estabelecia as grandes linhas de acção estadual no sector económico (...)” (Saraiva, 2004, p.55), foi a primeira medida da chamada Política do Fomento. Dentro deste programa foram ainda criadas a Estação Agrícola Nacional, a Junta de Colonização Interna e a Lei da Electrificação Nacional, entre outras. Seguiram-se os Planos de Fomento, que privilegiavam a consecução de grandes investimentos nacionais, como por exemplo a construção de barragens, a instalação da Siderurgia Nacional e a construção de uma rede de escolas técnicas.

³³ Recordam-se aqui as palavras do Presidente do Conselho, em peregrinação aos Campos de São Jorge, como verdadeira estratégia psicológica dirigida à população: “Apertados na faixa ocidental da Península, entre um vizinho poderoso e o mar intenso, estamos condenados a viver cada momento o drama da nossa vida: mas sob olhar benigno da providência, contamos já oito séculos de trabalhos, de sofrimentos, de lutas, de liberdade e, se é sempre o mesmo perigo, é sempre o mesmo milagre” (Nogueira, 1981, p.27).

³⁴ Considerando a defesa das colónias uma das razões da entrada de Portugal no conflito.

General Ramires de Oliveira, Salazar dizia que “ (...) o Exército fizera o 28 de Maio para permitir ‘obra construtiva’ mas não lhe competia mais intervir nem assumir responsabilidades pela actividade política, nem por um pensamento governativo (...)” (1993, p.316). Ainda segundo o mesmo autor, Salazar, não se ficou por aí, afirmando que “ (...) no domínio dos actos ou da força material, o Exército poderia mesmo impor, se quisesse, outra directriz (...) ou aceita o governo e a sua orientação ou derruba-o, tomando o encargo de conduzir o país” (1993, p.316).

Estas palavras não caíram bem nas Forças Armadas que desde “ (...) o 28 de Maio (...) reclamam contra o seu estado de ‘abandono’, manifesto no carácter obsoleto da maior parte do armamento” (Telo, 1987, p.26). Salazar vê nesta reclamação a oportunidade de as procurar recompensar. Por outro lado “ (...) está consciente que o Partido Republicano deposto, embora paralisado de momento, vai começar a preparar o tradicional golpe militar que o reponha no Poder, pelo que a satisfação das Forças Armadas é vital (...)” (Telo, 1987, p.89).

“Então Salazar resolve começar pela Marinha³⁵ prestes a ficar sem unidades operacionais e onde é possível obter mais rapidamente dividendos no campo do prestígio e propaganda do regime. A partir de 1936, a modernização do Exército e da Força Aérea põe-se com especial urgência, e para ela se vira a atenção do Estado Novo (...)” (Telo, 1987, p.26). O Título XII – “da defesa nacional”³⁶, definia claramente o que Oliveira Salazar pretendia das Forças Armadas. Aí era dito que a organização militar era uma para todo o território.

A estratégia militar constituiu-se, neste período, na principal vertente da garantia da integridade territorial³⁷, a defesa dos arquipélagos, Açores e Madeira, a constituição da Missão Militar às colónias³⁸, que viria a propor uma organização militar³⁹ de modo a que as colónias pudessem prestar apoio à Metrópole, caso a guerra só se desenrolasse na Europa, são exemplo disso.

O golpe militar de 28 de Maio de 1926 deu origem à terceira reorganização do Exército do Século XX⁴⁰, que tinha como principal objectivo a sua modernização, a necessitar de reformas após a I GM. Com a reestruturação, o Exército Português passa a ser constituído por um Exército Metropolitano, onde só podem servir cidadãos portugueses da Metrópole, que se destinava ao “

³⁵ Severiano Teixeira afirma que a transição do esforço militar do Exército para a Marinha foi porque, a “ (...) partir de 1930, sem que haja uma alteração da percepção das ameaças e da orientação estratégica da política de defesa (...) levantam-se rumores e pairam ameaças de revoltas contra a ditadura (...)” (2004, p.42) fora da Metrópole. É assim lançado em 1930 o programa de construções navais (Decreto-Lei N.º 18 633, de 17 de Julho de 1930).

³⁶ Constituição da República de 1933, Artigo 53.º.

³⁷ O Artº 1º da Lei 1960 de 01Set37 diz que a “Organização Militar do País tem por fim essencial a manutenção da integridade do território e a defesa da soberania do Estado (...)”.

³⁸ Decreto-Lei N.º 28 520, de 15 de Março de 1938.

³⁹ Decreto-Lei N.º 29 686, de 14 de Junho de 1939.

⁴⁰ Decretos-Lei N.º 11 746, de 19 de Junho e N.º 12 017, de 2 de Agosto, de 1926.

(...) recrutamento, instrução e preparação da mobilização das unidades e formações do exército de campanha, a fornecer ao exército colonial os elementos e serviços que lhe fossem necessários (...) (Oliveira, 1995, p.40) e um Exército Colonial. Este, com prioridade para as colónias, podia também intervir na Metrópole e mesmo no estrangeiro⁴¹. Todavia, mantinha-se subordinado ao Ministro das colónias⁴², através dos Governadores e Altos-comissários.

Através de uma iniciativa do ministério de Gomes da Costa o “ (...) território é dividido em quatro regiões militares e no governo militar de Lisboa, concentrando-se à volta da capital as unidades decisivas⁴³” (Telo, 1987, p.91). Em termos do Exército, como refere António Telo o “ (...) ponto principal é a criação dos batalhões de caçadores (...) como unidades de campanha operacionais (...); criam-se ainda duas brigadas de cavalaria como unidades de elite” (1987, p. 90). Em 1931 a organização já estabelecia que o Exército Colonial era constituído pelo conjunto das forças militares organizadas em cada colónia, destinadas à sua guarnição e defesa. No entanto, com a reorganização de 1937 o “ (...) Exército metropolitano e colonial, são perfeitamente definidos, embora posteriormente se verifique que qualquer defesa das colónias haveria de ser feita através da criação de forças expedicionárias a partir da Metrópole” (Ferreira, 2002, p.438).

A entrada de Oliveira Salazar para o ministério das Finanças afim de ser resolvido o problema financeiro que o país atravessava, não alterou a política para as Forças Armadas. A estas pedia-se que mantivessem “ (...) um pequeno número de unidades de confiança para dominar qualquer golpe (...)” (Telo, 1987, p.94). Depois de terminada a fase financeira, Oliveira Salazar, julga chegar a altura de disponibilizar alguns recursos para criar um programa de financiamento das Forças Armadas.

Como já foi referido anteriormente a Marinha é o primeiro ramo a ser contemplado. Entre outras razões, o professor António Telo destaca duas. A primeira é que a “ (...) Marinha é essencial para estabelecer a ligação com as ilhas e o Império, e quer os arquipélagos quer as colónias não merecem a confiança política de Lisboa, não se excluindo a hipótese de vir a ser necessário organizar forças expedicionárias, como aconteceu em relação à revolta da Madeira” (1987, p. 95), a segunda é que nos “ (...) anos trinta despertam os apetites coloniais de países como a Itália e a Alemanha e as ambições de uma Rodésia ou África do Sul, sendo necessário formar uma força naval mínima que permita responder a golpes de mão (...)” (1987, p.95).

⁴¹ As chefias militares deveriam analisar qual a contribuição que as colónias poderiam prestar para a defesa do território metropolitano, em caso de guerra com a Europa. Visualizava-se a II GM.

⁴² Em 1918 foi reorganizada a secretaria do Ministério das Colónias, tendo os serviços militar e naval ficado na dependência da Direcção Geral Militar (Decreto n.º 4271 de 8 de Maio de 1918).

⁴³ Decreto-Lei n.º 11 856, de 7 de Julho de 1926.

Segundo Brandão Ferreira, a reorganização de “ (...) 1937⁴⁴ é a mais importante reforma do Exército do século XX (...) tem por pano de fundo a Guerra Civil de Espanha e os prenúncios do Segundo Conflito Mundial” (2002, p.437). Esta, só foi possível a partir de 1935 com o quadro da nova Lei de Reconstituição Económica. “Ficam agora lançadas no texto da Lei as condições financeiras para modernizar, reorganizar e rearmar o principal ramo das Forças Armadas: o Exército” (Faria, 2001, p.228).

3.2 O PODER DAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS E OS MOVIMENTOS ANTICOLONIALISTAS

No final da II GM, a Europa, o poderoso continente do passado, encontrava-se enfraquecido, tanto a nível moral como a nível material. A partir dessa data e até 1989, o mundo transformado num sistema bipolar (de um lado os EUA, do outro a União Soviética) procurava novos equilíbrios estratégicos. Com o intuito de atingir essa finalidade, mas com propósitos específicos diferentes, foram criadas várias organizações internacionais. Todavia, as superpotências perseguiram outro objectivo, estabelecer zonas alargadas de influência.

Estes novos factores “ (...) condicionantes da Segurança Internacional, impuseram alterações nas estratégias nacionais e em particular para os Estados de reduzida dimensão como Portugal” (Monteiro, 1996, p.76). Todavia, Isabel Videman recorda-nos que “Pequenos Estados como Portugal, detentores de um certo poder funcional decorrente da existência de uma posição geográfica privilegiada, poderão aproveitar os dividendos decorrentes da capacidade nacional para aproveitar factores geográficos” (1992, p.109).

O novo ambiente causa estranheza a Oliveira Salazar. Segundo Severiano Teixeira, este, não aceita “ (...) a ordem bipolar e a emergência das duas superpotências e, em particular, o declínio da Inglaterra e o aparecimento dos Estados Unidos como a grande potência marítima” (Teixeira, 2004, p.56). No entanto, refere ainda o mesmo autor, a importância da ONU como a nova organização mundial e o fim da velha Europa e das potências europeias como protagonistas da cena internacional, são ainda mais desconcertantes para o Presidente do Conselho (2004, p.56).

Com a alteração do ambiente estratégico iniciaram-se novos problemas para a Nação Portuguesa. A internacionalização dos problemas de África parecia ser o de mais difícil resolução.

Segundo Proença Garcia “ (...) foi a criação da ONU, em 1945, e a luta pelo voto que aí imperou, sobretudo a partir dos anos 50, que impulsionaram a descolonização africana” (2003,

⁴⁴ O Artº 1º da Lei 1960 de 1 de Setembro de 1937 refere que a “Organização Militar do País tem por fim essencial a manutenção da integridade do território e a defesa da soberania do Estado. São seus elementos constitutivos o Exército e a Armada” (Ferreira, 2002, p. 437).

p.127). Segundo ainda o mesmo autor a “ (...) Conferência dos Países Não Alinhados, reunidos em *Bandung*⁴⁵, marca decisivamente o aprofundar do movimento anticolonialista africano, sendo mesmo apontada como a impulsionadora da revolução africana” (2003, p.128).

3.2.1 Estratégia Política

O Professor António Telo refere que Oliveira Salazar era da opinião que o eixo da política mundial tinha sido deslocado para o Atlântico (1996, p. 27), o reforço das posições portuguesas, na área, constituía-se, assim, como uma prioridade. O Oceano Atlântico, durante o conflito, ganhara a importância que outrora tivera quando a Europa iniciou a epopeia dos descobrimentos. Era chegada a hora de tomar opções.

Logo após a guerra, Portugal definiu objectivos para a política externa e para a sua defesa: o primeiro, “ (...) a aproximação ao regime de Franco (...), o segundo, a aproximação à Inglaterra” (Telo, 1999, p.74), o terceiro objectivo “ (...) o reforço do império (...) o quarto era a aproximação possível aos EUA, pois havia consciência da alteração básica do poder (...)” (Telo, 1996, p.27). A possível entrada na OTAN tornou-se de tal modo importante que opiniões justificativas da adesão surgiram em catadupa. Pedro Teotónio Pereira, Embaixador em *Washington*, manifestava assim a sua concordância a Salazar: “ (...) A meu ver, não nos podemos desligar nem desinteressar do Pacto. Se temos de aderir algum dia, melhor não sermos dos últimos nem o fazer-mos quando a nossa entrada possa ser mal interpretada” (Martins, 2001, p. 160). O Presidente do Conselho expressou o seu ponto de vista quando afirmou que “ (...) para Lisboa, a OTAN é o menor dos males [e de que] pareceu difícil (...) estarmos ausentes (...)” (Telo, 1996, p.82) onde não se esconde o desgosto pela adesão.

Anos mais tarde, Virgílio de Carvalho, quando referiu que a “Portugal interessa-lhe, pois, e muito, ser militante (...) da Aliança Atlântica, e da formação duma Europa atlantista. Isto é, duma Europa que não pretenda vir a situar-se entre a Eurásia e a América do Norte, desacoplando-se desta, e aumentando o risco de fragmentaridade do País” (1991, p. 87), dissecou o assunto sobre o ponto de vista geopolítico. Todavia existia uma discrepância entre objectivos políticos, a política de defesa de Portugal era totalmente diferente da política de defesa da OTAN. Esta não abrangia nem a defesa de Espanha, nem a defesa das colónias e esses eram os pontos mais críticos para Portugal. Também, segundo António Telo, a entrada na organização, fundamental para as nossas aspirações, já que o “ (...) velho continente (a Europa) tinha deixado de ser o centro do sistema, mas era o centro das rivalidades do sistema (...)”

⁴⁵ Em *Bandung* ficou assente o princípio da cooperação entre os neutros e da subtracção à influência de qualquer das grandes potências chamadas colonialistas; “ (...) sustentar as reivindicações dos territórios africanos ainda dominados pela Inglaterra, França, Bélgica e Portugal (...)” (Moreira, 1959, p.1).

(1999, p. 71), conduziu a algumas mudanças. Em primeiro lugar porque permitiu “ (...) criar uma alternativa parcial às funções seculares da Aliança Inglesa (...)” (Telo, 1999, p.71) e em segundo lugar porque se constituiu como a “ (...) grande via de aproximação política e estratégica aos EUA, confirmando Portugal nas novas condições do pós-guerra, como o principal interlocutor ibérico junto dos poderes que dominavam o Atlântico” (Telo, 1999, p. 71).

No entanto, a admissão à ONU foi muito mais conturbada. A Rússia vetou sempre a entrada de Portugal, mesmo com o apoio dos EUA e da Inglaterra. Só em 1955, e servindo de moeda de troca entre as superpotências, Portugal passou a ser membro de pleno direito (Antunes, 1991, p.38). Mas logo após a entrada novas dificuldades se levantaram. A política da ONU em relação às colónias era diametralmente oposta da portuguesa. E não fosse a argúcia do Presidente do Conselho, que recorreu a um artifício jurídico-constitucional, em que as colónias passaram a designar-se de províncias, ou Portugal teria que apresentar um conjunto de medidas que justificassem o que o Secretário-geral da ONU exigia, de acordo com o Art.º 73 (capítulo XI) da Carta das Nações Unidas, para os países com territórios sem governo próprio: assegurar o desenvolvimento político, económico, social e educacional das populações respectivas; promover governo próprio, tendo em conta as aspirações das populações; prestar ao Secretário-geral informações estatísticas e técnicas sobre esses territórios (Antunes, 1986, p.38-39). Portugal não conseguiria satisfazer tais pedidos.

Brandão Ferreira salienta que o governo português reagiu rapidamente⁴⁶ e, no sentido de aprofundar o posicionamento tradicional português além-mar, levou a cabo a elaboração de alguns documentos jurídicos em relação aos territórios ultramarinos (2002, p.281). Estes documentos, reformadores, fazem de Portugal, “ (...) uma nação pluricontinental – em que todos os territórios são Portugal, (integração) –, e constituem a Nação a igual título (o princípio paritário)” (Ferreira, 2002, p.281).

Um pouco à revelia do ambiente estratégico que se vivia, que indiciava claramente a importância acrescida que a Europa, além do Atlântico, iria passar a ter, a política interna portuguesa tinha como primeira prioridade as Províncias Ultramarinas. Esta afirmação ficou, bem explícita “ (...) a partir de 1960, quando o Governo Português de então decidiu enfrentar a guerra subversiva, que eclodiu nos territórios ultramarinos, em lugar de optar por proceder à descolonização” (Monteiro, 1996, p.77). A razão era óbvia, um “ (...) dos temas centrais da doutrina do Estado Novo era a unidade essencial da nação e a missão colonizadora de Portugal,

⁴⁶ Proença Garcia salienta que Portugal, logo após a admissão à ONU, empregou toda a argumentação possível, junto da 4ª Comissão, em torno das decisões do Conselho de Segurança (2003, p.165).

definido na própria Constituição como elemento integrante da essência histórica da Nação Portuguesa” (Saraiva, 2004, p.80).

3.2.2 Estratégia Económica

No final da II GM, aumenta o “ (...) número de ricos e sobe também a desigualdade dos salários, o que desencadeia, logo após o seu epílogo, um surto de emigração para os países europeus, onde, as tarefas de reconstrução exigiam mão-de-obra e, os salários eram muito mais elevados que em Portugal” (Saraiva, 2004, p.46). Resultou desse facto alguma agitação social.

Podemos referir que Oliveira Salazar (com a ajuda do Plano *Marshall*, procedente dos EUA, através de políticas de estabilização económicas) soube “ (...) recuperar os níveis de oferta alimentar anteriores à guerra, manter os preços e reprimir a agitação social (...)” (Garrido, 2004, p.463). Para a boa execução destas políticas, o Presidente do Conselho contou com o equilíbrio político que se vivia a nível internacional, todavia a sua argúcia, quando permitiu uma política de desenvolvimento sobranceira à ideologia rural do Estado e aquando do lançamento do I Plano de Fomento⁴⁷ (1953-1958), foi fundamental para catapultar o país para um desenvolvimento sustentado que duraria três décadas.

O último passo que permitiu continuar com o desenvolvimento da economia portuguesa foi a criação da Comissão de Coordenação Económica do Ministério da Economia, que funcionava como um grande conselho coordenador das “ (...) políticas comercial e de abastecimentos dotado de efectivos poderes de tutela e fiscalização sobre a imensa rede de organismos corporativos e de coordenação económica (...)” (Garrido, 2004, p.465).

3.2.3 Estratégia Psicológica

Com os movimentos anticolonialistas tornam-se muito importantes as acções levadas a cabo no exterior do país, publicitando o que representam para Portugal as suas colónias. No entanto, outra acção se desenvolve: Dar a conhecer aos portugueses o seu Ultramar. A maioria dos habitantes da Metrópole não conhecia a realidade ultramarina (Ferreira, 2002, p.282).

Oliveira Salazar pretendia com esta estratégia colocar a população do seu lado, não permitindo que os violentos ataques de propaganda⁴⁸, principalmente a seguir à Conferência de *Bandung*⁴⁹ surtисsem efeitos.

⁴⁷ O I Plano de Fomento, que teve em vista a reconstituição económica é um conjunto de investimentos orientados para a construção de infra-estruturas (Mateus, 1998, p. 88).

⁴⁸ Relembrem-se as palavras de Oliveira Salazar a este respeito, em Lisboa: “Confesso que é preciso um pouco de coragem para ouvir imperturbável o alarido que se levanta contra Portugal)” (Ferreira, 2002, p. 353).

⁴⁹ Durante este período e até 1974, o bloco de Leste e os países afro-asiáticos desenvolveram uma campanha dura contra Portugal e as colónias. Apoiavam-se na ONU que já tinha manifestado, contrariamente ao que Portugal pretendia, o direito de determinar o estatuto dos territórios.

No entanto, Salazar era um homem só. Relembremos as palavras de *Dean Acheson*, Secretário de Estado de *Truman*, citado por Freire Antunes, aquando de uma visita a Lisboa: “ (...) não restam dúvidas de que se trata do governo de um homem só e que não há outro homem como ele. O mais provável é que, se Salazar morrer ou perder os seus poderes, Portugal volte à confusão da qual ele o arrancou” (1991, p.21).

3.2.4 Estratégia Militar

À data da criação da OTAN, Portugal tinha definido uma estratégia militar virada para a defesa do regime, incluindo a defesa da Península e a defesa do Império. Todavia, “ (...) encontrou incontornáveis obstáculos para a concretizar, pois tanto a Inglaterra como os EUA não aceitam dar o apoio necessário em termos militares e políticos” (Telo, 1999, p.77).

Após a adesão, a estratégia militar foi prioritariamente orientada para a Europa⁵⁰, de que resultava a “ (...) participação na defesa (...) militar do Ocidente (...)” (Ferreira, 2002, p.350), e que obrigou Portugal a modernizar as Forças Armadas, ao mesmo tempo que “ (...) alterou a política de defesa e a política militar nacional” (Telo, 1999, p.71).

A participação na OTAN, revelava-se, também, importante para todas as áreas da sociedade, já que fornecia a Portugal novas técnicas, métodos e formas organizativas, testadas em sociedades pós-industriais, e totalmente financiadas (Telo, 1999, p.71).

É neste período que surge, a nível executivo, um novo documento denominado «*Política Militar Nacional – Ensaio para a sua definição*» e que segundo Brandão Ferreira, é um documento notável e o precursor do actual Conceito Estratégico Militar (CEM) (2002, p.442).

Dando seguimento ao plano de rearmamento de 1935, foi criado um ambicioso programa militar. O Exército seria o principal contemplado, podendo contar com um sistema de forças que poderia ir até 5 divisões de infantaria. O armamento e o equipamento chegariam através das contrapartidas resultantes pela utilização da Base das Lajes. No entanto, para o Ministro da Guerra, Santos Costa, o programa rapidamente se tornou passado. Este fez aprovar “ (...) um imenso plano que prevê a formação do equivalente a 10 divisões de infantaria e 1 mecanizada em caso de mobilização, com outras 5 divisões pior equipadas para funções de defesa territorial” (Telo, 1999, p.75). De destacar ainda a nível estrutural, e dando seguimento aos grandiosos desenvolvimentos na campo da aviação e o que esta representou para o resultado final da II GM, a criação, em 1952, da Força Aérea⁵¹.

⁵⁰ A fim de contribuir o objectivo estabelecido para a defesa da Europa, o governo português, ao contrário dos outros parceiros de coligação, que procuravam limitar o número de unidades disponíveis, afirmou ter organizadas, em 1954, 4 Divisões, números irreais para a época.

⁵¹ A Força Aérea foi criada em 27 de Maio de 1952, como terceiro Ramo das Forças Armadas, através da Lei 2055.

Relativamente ao Ultramar, e em relação ao Exército, os “Decretos-Lei nº 41 559 e 41 577, aprovados nos começos de 1958, alteram por completo a organização militar das colónias” (Telo, 1999, p.93). No entanto, a Força Aérea e a Marinha não permaneceram imóveis. Enquanto a primeira criou Regiões Aéreas, a segunda “(...) lança os Comandos Navais e os Comandos de Defesa Marítima (...)” (Telo, 1999, p.93). Merece ainda realce neste período, o Decreto-Lei 42 564 de 7 de Outubro de 1959, que “(...) remodelou completamente a organização do Exército e a do respectivo Ministério (...) e passou a assumir a missão fundamental de cooperar, como força militar, na manutenção da liberdade, integridade e independência da Nação (...)” (Bacelar, 2000, p.70).

Portugal, logo após a adesão, foi um pouco irrealista em relação aos aspectos genéticos, da sua estratégia militar. A facilidade com que o governo fornecia Divisões e outras unidades para contribuir para a OTAN era ilusório e demagógico. Esta realidade rapidamente foi compreendida pelo Ministro da Guerra quando se apercebeu que ao “(...) fim das primeiras duas semanas do *Military Assistance Advisory Group* (MAAG)⁵², (...) a ideia de criar 5 divisões Tipo Americano (TA), em poucos anos, é irrealista. Faz então uma oferta intermédia e fala na formação imediata de 2 divisões, de modo a criar um Corpo de Exército” (Telo, 1996, p.237).

Destaca-se, ainda, com a entrada na OTAN, e em termos de pessoal a chamada “geração OTAN”⁵³, bem visível na aposta que foi feita na formação, com inúmeros militares, principalmente oficiais, a frequentarem cursos no Estrangeiro. Segundo Brandão Ferreira a entrada na organização “(...) obrigou a actualizar a doutrina (...) e recebeu-se material moderno para os três ramos”. Refere, ainda o mesmo autor, que o “(...) Exército recebeu a incumbência de montar uma divisão de infantaria em Santa Margarida (...)” (2002, p.441).

Em termos operacionais foram criados os planos ibéricos conjuntos de defesa dos Pirinéus, cujo objectivo era deter os tanques russos, que previam o envio de uma força expedicionária para o País Basco. Foi também acordado que os governos, quando solicitado pelo outro, poderiam intervir como resposta a um eventual golpe interno. A todo este esquema de defesa, Portugal refere também a necessidade de defender as linhas do campo de Lisboa (Telo, 1999, p.74).

No entanto, a entrada na OTAN altera a política militar nacional. O esforço militar português é, sobretudo, terrestre. Santos Costa afirma que Portugal tem capacidades para formar uma divisão de campanha para actuar no Sul de França e três divisões de menor capacidade, que

⁵² Para fornecer ajuda militar aos membros da OTAN, os EUA criam o *Military Assistance Program* (MAP), cujo responsável máximo era o próprio Secretário de Estado. Este programa dava depois origem aos MAAG que funcionavam em cada país (Telo, 1996, p.208).

⁵³ Seria esta geração OTAN que apoiaria o General Botelho Moniz na sua tentativa de golpe de estado.

seriam empregues na defesa dos Pirinéus⁵⁴, sem contar com as forças de defesa do território e ilhas (Telo, 1999, p.87). Todavia, esta articulação de meios foi sendo alterada ao longo dos anos.

A Força Aérea e a Marinha, enquanto Ramos das Forças Armadas, valorizados pela entrada na OTAN, desempenhavam, inicialmente, funções diferenciadas para a organização. A Força Aérea tinha como principais funções, sendo do agrado do governo português, “ (...) a defesa aérea do continente e ilhas e o apoio táctico às forças expedicionárias, na Europa, a que se soma uma função acessória de patrulha marítima e luta anti-submarina” (Telo, 1999, p. 89). As missões da Marinha, que a OTAN pretendia que, simplesmente, possuísse Força Naval suficiente para defender os portos e os comboios costeiros, não eram do agrado do Ministro Santos Costa.

Em termos ultramarinos refira-se apenas que as responsabilidades de preparação e o emprego das forças, em caso de guerra e dentro do conceito geral de defesa do Território Nacional, eram do Estado-Maior do Exército (Ribeiro, 2004, p.204).

3.3 A GUERRA DO ULTRAMAR

“O messianismo de *John Kennedy* e o expansionismo de *Nikita Khrushchev* trouxeram uma nova complexidade ao sistema internacional e maximizaram a competição entre a União Soviética e os EUA na Europa, na América Latina, na Ásia e em África” (Antunes, 1991, p.17).

Oliveira Salazar, deparou-se no início da década de 60, com uma das mais graves crises do seu já longo governo. Os Estados Unidos enfrentavam Portugal em público e em privado, colocando em causa a política africana, conseguindo também, devido à sua influência, que as Nações Unidas revelassem uma hostilidade sistemática em relação a Portugal (Antunes, 1991, p. 18). Foi o período do «*orgulhosamente sós*», do isolamento internacional do Estado Novo.

As grandes potências procuravam objectivos⁵⁵, em África, que lhes permitissem uma posição geopolítica compatível com os seus interesses. Através da estratégia indirecta⁵⁶ (a estratégia mais usada durante a guerra-fria) utilizavam todos os meios ao seu alcance. As palavras de Estaline, citadas por Proença Garcia reflectem esse estado de espírito – “ (...) roubando ao

⁵⁴ Este esforço de defesa dos Pirinéus foi sempre, internamente, muito contestado. O General Raul Esteves era o principal contestatário, chegando a afirmar que “ (...) a defesa da linha dos Pirinéus vai contra o princípio da concentração de forças, representa o abandono de grande parte da Europa Ocidental e não é uma defesa eficaz da Península, pois a cadeia de montanhas pode ser contornada por operações anfíbias em ambos os flancos” (Telo, 1999, p. 80).

⁵⁵ Segundo Proença Garcia, Portugal, sendo um dos países que integrava os chamados «*territórios Alcora*», juntamente com a República da África do Sul e a Rodésia, constituía-se como um dos objectivos (2003, p.106).

⁵⁶ A estratégia indirecta, quanto a Portugal, procurava: incidir sobre a desacreditação do país aos olhos do mundo; fragmentar e corromper a sociedade estabelecida; ganhar o controlo da população pela persuasão; inspirar o estado de espírito revolucionário; manter a população insegura; dispersar as Forças Armadas e impor ao Governo Português o máximo de encargos económicos, financeiros e psicológicos (Garcia, 2003, p.106).

Ocidente as suas possessões coloniais, reduzimos o lucro do capitalismo, baixando, assim, o padrão de vida das classes trabalhadoras e criando a situação propícia para os movimentos revolucionários, que facilitarão o movimento de cerco da Europa através de África (...)” (2003, p.108).

A complexidade da situação internacional, difusa, levou o Presidente do Conselho, citado por Franco Nogueira, a afirmar que não “ (...) há dúvida de que estamos perante uma viragem, e eu estou preso às ideias do passado (...) é por isso que estou com pressa de me ir embora porque não me dou com a nova mentalidade (...) Os outros não obedecem a princípios e vão ganhando, e nós perdendo” (1986, p.24).

Como refere Freire Antunes, 1961, foi, para o Estado Novo, um ano vertiginoso, de sucessivos desafios. Começou com as desordens na Baixa do Cassange, seguiu-se o assalto ao Santa Maria, eclodiu a guerra em Angola, fracassou o golpe de Estado do General Botelho Moniz e terminou com a ocupação de Goa pela União Indiana (1991, p.17-18).

3.3.1 Estratégia Política

O Governo português procurou lidar com a pressão internacional, principalmente vinda dos EUA⁵⁷, atendendo ao que julgava serem os interesses da Nação. A importância estratégica dos Açores vincada quando *Elbrick*⁵⁸ solicitou oficialmente a renovação do acordo das Lajes⁵⁹, assinado em “ (...) 1951 e renovado em 1957, que assentava num sistema bivalente para tempo de paz e para tempo de guerra (...)” (Antunes, 1991, p.31), e mais tarde, quando o próprio Secretário de Estado, *Dean Rusk*, em conversa mantida com Franco Nogueira afluente o assunto, foi devidamente explorada por Portugal. A resposta foi forte, mas delicada, “ (...) concedêramos base na presunção de que os E.U. eram amigos e aliados, e não estávamos hoje seguros de que essa presunção ainda fosse válida” (Nogueira, 1986, p.32). No entanto, para os EUA, que segundo Franco Nogueira eram a parte interessada na resolução do assunto (1979, p.118), ficou clara a posição do governo português quanto à estratégia por eles seguida em relação a África.

Oliveira Salazar referiu, em 1959, qual iria ser a posição portuguesa face a eventuais interferências externas na política interna portuguesa, principalmente em relação a África: “ (...) Habitados como Nação desde séculos, a mandar em nossa casa, não julgamos possível serem bem sucedidas interferências estranhas que apoiem antinacionais do interior. Aguentar! Aguentar! E nada mais é preciso para que amaine a tempestade e se nos faça justiça (...)”

⁵⁷ Quando confrontado com a dimensão das possessões de Portugal e os seus recursos nacionais, *Eisenhower* afirmou: “Portugal não tem obviamente força suficiente para manter esses vastos territórios” (Antunes 1991, p.37).

⁵⁸ Embaixador dos EUA em Portugal.

⁵⁹ Os Açores eram uma espécie de cinto de segurança do Estado Novo no contexto da Guerra-Fria e asseguravam a Portugal uma protecção americana automática” (Antunes, 1991, p.31).

(Salazar, 1959, p.6), isto é, Portugal opunha-se, determinantemente ao que designava por apressada concessão da independência às colónias reclamada pela ONU (Couto, 1997, p.54).

As palavras de Franco Nogueira, quando voltou ao assunto e afirmou perante o todo poderoso Secretário de Estado dos EUA que o governo português perdeu “ (...) por completo a confiança no Governo americano e na sua boa-fé, e estamos convictos de que, dentro da política imperialista americana na busca de mercados e matérias-primas, o Governo americano deseja expulsar-nos de África tão depressa quanto possível” (1979, p.117), demonstram que a estratégia seguida por Portugal não passava por abdicar, pelo menos como pretendia a comunidade internacional, dos seus territórios ultramarinos. Todavia, tornava-se difícil, a um dos mais pequenos países europeus, continuar a manter a sua política colonial. Apelando ao patriotismo, sobejamente demonstrado, de Franco Nogueira, já em Abril de 1960, Oliveira Salazar o tinha questionado sobre três vertentes do problema: “Concorda com a política ultramarina definida desde há anos e reiterada nos últimos dias? Em sua opinião, julga dispormos de meios suficientes para executar essa política? Pensa que vale a pena fazer um esforço para defender os valores que estão em causa?” (Antunes, 1991, p.15).

Para Angola, rapidamente e em força foram as palavras mais célebres do Presidente do Conselho, Oliveira Salazar (Nogueira, 1971, p.502), quando lançava o toque de reunir [à nação portuguesa] para colocar um ponto final nas acções terroristas que despontavam com violência. Em posterior nota oficial da Presidência do Conselho, como resposta a um manifesto da oposição que critica a posição do governo em relação ao Ultramar, era dito: “O governo não ignora que, se adoptasse a orientação preconizada no presente manifesto (...) teria o imediato aplauso de vários governos e de certa opinião pública estrangeira, incluindo os dos países dos blocos comunistas e afro-asiáticos. Mas tais aplausos só lhe interessariam quando compatíveis com a defesa da integridade de Portugal” (Ferreira, 2002, p.381). A política para o Ultramar manteve-se inalterável, os laços políticos com a Rodésia e a África do Sul confirmavam a forte decisão de Portugal permanecer em África, as reformas estruturantes⁶⁰ iriam prosseguir durante todo o Estado Novo. Todavia, o ambiente estratégico, com os novos países, antigas colónias dos povos europeus, como membros integrantes das Nações Unidas⁶¹, começava a ficar desfavorável aos interesses de Portugal.

⁶⁰ A construção do complexo hidroeléctrico de Cahora Bassa confirma esta vontade.

⁶¹ Existia uma grande pressão para que Portugal fosse condenado publicamente, ao nível das Nações Unidas, devido à manutenção do seu império colonial. No entanto, os votos dos que pretendiam a condenação ainda não eram suficientes. Com a entrada de novos países, a partir de 1960, a situação iria alterar-se. A partir desse momento, o Governo Português estava consciente que iria ser condenado e mais do que isso, os movimentos de libertação iriam ser ajudados na obtenção do seu objectivo: a autodeterminação dos povos.

A tomada de posse de Marcelo Caetano, como Presidente do Conselho, foi o catalizador inicial da queda do regime e do desmoronamento do Império. Ele próprio, citado pelo professor Hermano Saraiva, no seu primeiro discurso, e quando prestava homenagem a Oliveira Salazar, destacando “ (...) um homem de génio que durante 40 anos imprimiu à política portuguesa a marca inconfundível da sua poderosíssima personalidade (...)” (2004, p.103), prenunciava tal situação. É verdade que Marcelo Caetano iria continuar a mesma linha política⁶², à sua maneira, evidentemente, ele que era julgado como uma pessoa inteligente e de grande iniciativa, que iniciou e concluiu grandes obras em Portugal, que retirou a Nação do isolacionismo, que permitiu o regresso de várias personalidades ao país, demonstrando abertura política e compreensão, todavia os velhos salazaristas dominavam a política e não viam com bons olhos tão radical mudança.

O professor Hermano Saraiva refere que “ (...) o ponto mais frágil da situação política presidida por Marcelo Caetano foi nunca ter admitido, abertamente, que depois do desaparecimento político do doutor Salazar o país entrava num regime novo, isto é, que o fim de Salazar era o ponto final do Salazarismo (...) mas a mais grave questão política que o Professor Marcelo Caetano fora chamado a equacionar e resolver não era a da Constituição: era a do Ultramar” (2004, p.117). No entanto, em Portugal, já não era possível equacionar um consenso sobre o assunto.

A Revisão da Constituição de 1971 iria, contudo, alterar a estratégia política. Por proposta do governo surgiu a denominação de «*Região Autónoma*» e consagrou-se o princípio da autonomia das Províncias em termos mais expressivos⁶³. Deste modo foram alterados partes dos objectivos, e das motivações, da resistência em África o que levou Adriano Moreira, citado por Garcia, a interrogar o Presidente do Conselho: “ (...) quer dizer que o senhor revoga o conceito estratégico nacional e as Forças Armadas não sabem. O que é que vai acontecer à cadeia de comando? Então, eu tenho um sujeito a combater na linha de combate mais longa do mundo, dou-lhe um conceito estratégico, digo-lhe que até vem na Constituição e, de repente, revogo-lhe aquilo e não digo e, dali a nada, eles estão a combater a favor de quê? (...)” (2003, p.52). Anunciava-se o fim do Império, a decisão acabou por ser das Forças Armadas.

⁶² Marcelo Caetano terá confidenciado a Freitas do Amaral que para já não encontrava outra solução que não fosse a continuação da defesa militar e a preparação dos territórios ultramarinos para conscientemente assumirem o seu próprio destino (Amaral, 1995, p.128).

⁶³ O art.º 133 da Constituição referia: “ (...) os territórios da Nação portuguesa situados fora da Europa constituem Províncias Ultramarinas, as quais terão estatutos próprios como regiões autónomas, podendo ser designadas por Estados (...)”.

3.3.2 Estratégia Económica

A década de 60⁶⁴ e o início da década de 70 foram, talvez, o período mais proeminente da economia nacional durante o século XX. A execução de um programa misto de investimentos públicos e privados, na Metrópole, que aliás, constavam do II Plano de Fomento (1959 – 1964), tornou-se, à data, no instrumento mais viável no sentido de definir com melhor rigor a política económica. Com este programa existia uma definição explícita das metas a atingir e uma ordenação de prioridade destas (Nunes, 2000, p.35). A sua introdução permitiu cumprir alguns objectivos complementares de que se destacam: “ (...) a absorção de mão-de-obra – combate ao desemprego, a melhoria do nível de vida e da balança comercial e ainda a maior produtividade do capital fixo – aumento da competitividade” (Nunes, 2000, p. 35).

Em termos ultramarinos não se registaram alterações, “ (...) apenas se passaram a incluir alguns investimentos privados, designadamente em Angola o aproveitamento do Cambambe e o alumínio” (Nunes, 2000, p.35).

Durante este período foram ainda implementados mais dois planos: o plano intercalar (1965 – 1967), que “ (...) mantém o objectivo estratégico fundamental de aceleração do ritmo de acréscimo do produto nacional, mas se explicita abertamente a dimensão social, colocando a par deste objectivo: a repartição mais equilibrada dos rendimentos formados” (Nunes, 2000, p. 36); o III Plano de Fomento (1967 – 1973) que ao plano intercalar adiciona a “ (...) correcção progressiva dos desequilíbrios regionais de desenvolvimento” (Nunes, 2000, p. 36). Ainda, para atingir a política de integração do todo nacional, a outra vertente da estratégia económica, e em consonância com o texto constitucional⁶⁵, o Regime facilitou a redução dos direitos aduaneiros e a livre circulação dos produtos. Aplicou ainda os mesmos princípios à circulação de pessoas e capitais⁶⁶.

Resumindo, podemos dizer que os factores que estiveram na base desta progressão económica foram a dinâmica da industrialização, as políticas desenvolvimentistas do governo, a abertura económica ao exterior e a emigração maciça. Também contribuíram, a participação na Organização Europeia de Cooperação Económica (OECE), a entrada na EFTA e a adesão ao Acordo Geral sobre Comércio e Pautas Aduaneiras (GATT).

⁶⁴ É durante este período, com a entrada na Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA), em 1961, que Portugal inicia a sua integração Europeia. Nesta altura a Inglaterra era o nosso principal parceiro comercial, e como foi a Inglaterra que teve a iniciativa de criar a EFTA, esta nossa participação estava mais que justificada. Nesta fase a economia portuguesa cresceu substancialmente, embora ainda decorresse a guerra colonial e os seus custos fossem elevados.

⁶⁵ O artigo 158 da Constituição de 1933, referia: “A organização económica do Ultramar deve integrar-se na organização económica geral da Nação portuguesa e participar por seu intermédio na economia mundial.”

⁶⁶ Parágrafo único do artigo 158.

3.3.3 Estratégia Psicológica

Durante a guerra colonial, a estratégia psicológica não conseguiu atingir o seu objectivo de unir os portugueses em redor da vontade e necessidade de combater e demonstrar o quanto seriam afectados os interesses nacionais com a descolonização. Só assim se compreendem as palavras de Franco Nogueira, quando comentava o falhanço da política para o Ultramar: “ (...) a política falhou (...) porque na base de tudo era fundamental e estava subentendido um elemento decisivo: a coesão nacional, a vontade colectiva, a decisão portuguesa inabalável” (1979, p. LII). Contribuiu para este facto a grave crise que Portugal viveu de 1958 a 1962, com a oposição ao Regime a ter um lugar de destaque⁶⁷.

Referiu ainda Franco Nogueira que “Portugal foi vítima de um ludíbrio gigantesco, os portugueses foram enredados num logro colossal. As forças que atacavam Portugal, e os seus agentes, criaram na consciência colectiva, quanto à visão do País, uma fractura entre o consenso nacional histórico e o consenso nacional contemporâneo” (1979, p. LIII).

O Estado ainda tentou remar contra a maré investindo fortemente em propaganda externa para publicitar a sua obra africana. Uma “ (...) das operações foi o contrato de um milhão de dólares com a *Selvae & Lee*, uma empresa de Nova Iorque, firmado através da *Overseas Companies of Portugal*, organismo português de inspiração governamental (...)” (Antunes, 1991, p. 242), que através de documentos forjados tentava inverter o pensamento da opinião pública dos EUA.

3.3.4 Estratégia Militar

A estratégia⁶⁸ aplicada neste período tem início em 1959 quando, em Agosto, o Conselho Superior de Defesa Nacional (CSDN), “ (...) discute e aprova em duas reuniões um conjunto de textos preparados pelo Ministro da Defesa, General Botelho Moniz” (Telo, 1999, p.93). Nos documentos é bem explícito que os compromissos com a Espanha e a OTAN são relegados para segundo plano. Salientam, no entanto, que deve ser respeitado o que já foi assumido com a Aliança Atlântica, havendo o cuidado de não assumir mais compromissos que envolvam encargos financeiros. (Telo, 1999, p.93). Portugal direcciona o seu esforço para o Ultramar. O Ministro da Defesa Nacional, em documento datado de 1959, referia que a prioridade total era

⁶⁷ Os problemas levantados pela oposição, de que se destaca o golpe militar do General Botelho Moniz, a oposição estava dentro do próprio governo, iam sendo resolvidos devido à excelente rede de informações do Estado Novo, que na maioria das vezes antecipava os acontecimentos.

⁶⁸ Com o surgimento de ameaças concretas, tal como acontecera no período que antecedeu a guerra civil de Espanha e a II Guerra Mundial, as Forças Armadas ganham importância dentro do Estado.

para África⁶⁹ (Teixeira, 2004, p.76). Todavia, o mesmo Ministro, em carta dirigida ao Presidente do Conselho realça a insatisfação, principalmente devido à conjuntura nacional⁷⁰, existente no seio das Forças Armadas. Refere, o Ministro, que a situação destas é angustiosa e caminham para uma posição insustentável, onde podem ficar à mercê de um ataque frontal, com forças dispersas por vários continentes, sem meios bastantes e com uma missão de suicídio da qual não seriam capazes de sair, uma vez que a política não encontra solução nem parece capaz de a encontrar (Bacelar, 2000, p.39).

Uma das chaves do sucesso do Regime era o poder de antevisão, conseguido através de um bem estruturado sistema de informações. Assim, Portugal uniu-se à Rodésia e à África do Sul no planeamento de uma estratégia de utilização da coacção militar, juntos obteriam mais sucesso. Segundo fontes oficiais portuguesas, citadas por Proença Garcia, os «*territórios Alcora*» pretendiam assegurar a inviolabilidade individual dos respectivos territórios, usando meios militares para destruir e evitar a progressão da subversão através de um esforço mútuo e organizar uma força estratégica altamente móvel, como medida dissuasora (2003, p.169).

A partir de 1949, com a publicação do Decreto-Lei 37 542 de 6 de Setembro, tinha sido abandonada a modalidade da existência de dois tipos de Forças Armadas, tanto em organização como em funcionamento (Bacelar, 2000, p.72). Este Decreto-Lei referia no seu preâmbulo “ (...) a necessidade de se caminhar para uma solução que atribua a um só Ministério a responsabilização pela organização militar na Metrópole e nas Colónias (...)” (Bacelar, 2000, p.72). Os aspectos estruturais relevantes destinaram-se ao Ultramar, onde, de algum modo, a estratégia estrutural foi equivalente nos vários teatros de operações. Assim, foi nomeado um Comandante-chefe, nomeou-se um Comando Superior de cada Ramo, foram criadas Zonas de Intervenção e foram definidos Sectores ou Comandos Operacionais (Bacelar, 2000, p.81).

A guerra do Ultramar, longínqua e duradoura, levou o governo a abordar a estratégia genética em três vectores: a genética dos recursos humanos, a genética dos recursos materiais e a genética dos recursos financeiros, sempre escassos.

Em termos de recursos humanos no que respeita ao recrutamento e à prestação do serviço militar, manteve-se, no essencial, o descrito nas Leis: 1961 de 1 de Setembro de 1937⁷¹, 2034 de 18 de Julho de 1949 e 2060 de 3 de Abril de 1953, que entre outros assuntos determinavam que a “ (...) prestação do serviço militar era individual, geral e obrigatória [e que a] duração do serviço

⁶⁹ Segundo Proença Garcia “O objectivo primário das Forças Armadas era o garante da liberdade de acção política, governativa e administrativa” (2003, p.176).

⁷⁰ Portugal vivia momentos delicados: Contestação ao regime depois das eleições de 1958; é desviado o Pacote Santa Maria; dá-se o início da escalada militar com diversos massacres no Norte de Angola.

⁷¹ Lei do Recrutamento e Serviço Militar.

era de oito anos nas tropas activas (...)” (Bacelar, 2000, p.125). Todavia, em 1968⁷², publicou-se uma nova Lei do Serviço Militar que especificamente, porque para a guerra colonial eram necessários quadros, principalmente nos mais baixos postos das categorias de Oficial e Sargento, permitia um mais fácil acesso aos quadros. É de salientar ainda neste ponto as chamadas «*Forças Auxiliares*», recrutadas nos TO, que, diga-se, muito contribuíram para o sucesso de muitas e variadas operações.

Em termos de infra-estruturas, os conhecidos quartéis CANIFA⁷³ representavam o novo cartão de visita das Forças Armadas. Foram também reorganizados, e modernizados, os Estabelecimentos Fabris dos três Ramos⁷⁴, com o “ (...) duplo objectivo de, por um lado, poderem garantir, com tecnologia adequada, a manutenção dos armamentos e equipamentos recebidos e, por outro, aproveitarem a dinâmica empresarial (...)” (Bacelar, 2000, p.140), resultante da excelente estruturação da economia e finanças.

Em relação a medidas concretas, foi adquirido armamento ligeiro, planeou-se um amplo programa de construção de vários tipos de lanchas, paralelamente à preparação e destacamento de Fuzileiros Navais para os Teatros de Operações (TO), e adquiriram-se algumas aeronaves de que se destacam, os C-130 e os helicópteros SA-330 PUMA (Bacelar, 2000, p.147-148). Assinala-se ainda a “ (...) encomenda externa (...) de 4 fragatas, 4 submarinos (...)” (Ribeiro, 2004, p.228), em 1962, ficando para 1967 a encomenda de 6 corvetas a estaleiros nacionais.

De 18 de Junho de 1960 a 23 de Outubro de 1961, o Secretariado Geral da Defesa Nacional, “ (...) órgão responsável pela definição das grandes opções de carácter militar porque antevia que a independência do Congo Belga, concretizada em Junho desse mesmo ano, poderia fomentar a instabilidade nos territórios vizinhos (...)” (Bacelar, 2000, p.101), produziu uma série de directivas, com Angola, principal preocupação portuguesa, como pano de fundo, onde constavam os conceitos de âmbito operacional que deviam ser adoptados, tendo em vista uma rápida intervenção. Segundo o Major-General Sérgio Bacelar é a partir desse conjunto de documentos que “ (...) se extraem, tanto os princípios que regeram a estratégia operacional prosseguida nos três TO, como os que, tendo em conta as especificidades de cada um, foram adaptados às realidades enfrentadas (...)” (2000, p.103).

⁷² Lei N.º 2 135, de 11 de Julho.

⁷³ Comissão Administrativa para as Novas Instalações das Forças Armadas (CANIFA).

⁷⁴ Salientam-se a FNMAL, FNEA, FMBP, FMSC, MM, OGFC, OGME, LMPQF, CN, ONA e OGMA.

4. A DEMOCRACIA

Com o 25 de Abril de 1974 (última revolução ou última mudança) e posterior descolonização, “ (...) Portugal passou a ter uma única fronteira (que remonta ao ano 1400), europeia [exceptua-se a Região Administrativa de Macau], ocidental e, provavelmente, uma fronteira marítima mais vasta do que nunca porque a relação terra/mar, em vista da Zona Económica Exclusiva (ZEE) que a ordem internacional oferece ao País, talvez não tenha sido nunca tão pesada a favor do mar, o que obrigou a opções (...) inevitáveis. A opção entre os três desafios que Portugal sempre teve: o desafio atlântico, o desafio ibérico, o desafio europeu, agora levando à primeira opção possível que era a opção europeia, uma opção curiosamente inevitável para um país historicamente exógeno” (Moreira, 1993, p.28).

O regresso à tradição democrática, que segundo Adriano Moreira “ (...) resolveu a questão do regime, ainda não permitiu uma clara definição de conceito estratégico nacional” (1999, p. 66). Todavia, identificamos elementos de referência que nos parecem relevantes na sua definição. Por um lado, tende a haver coerência, tornar consistentes e procurar dar respostas aos desafios: europeu e ocidental, pela integração na União Europeia (UE) e o reforço da posição na OTAN; Atlântico, com o reforço da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP); Peninsular, através da reformulação das relações com Espanha, que presentemente, o que nem sempre aconteceu, integra as mesmas organizações que Portugal. (Moreira, 1999, p.66). Por outro lado, e como nos refere o mesmo autor a definição dos referidos desafios “ (...) é feita a partir de um novo conceito de fronteiras múltiplas, porque a geográfica não coincide com a de segurança (OTAN), nem com a económica (UE), nem com a cultural (CPLP)” (1999, p.66).

Externamente, como refere, o General Cabral Couto o “ (...) mundo está a revelar-se inconstante e perigoso, enfraquecido por crises internas de identidade, de direitos e de poder, confrontado por nacionalismos agressivos, desorientado e confuso pelo total lapso de certezas da Guerra-fria⁷⁵” (1997, p.53).

Realçamos ainda um último elemento de referência, a nova hierarquia de poderes, que segundo Adriano Moreira, “ (...) inclina para conceptualizar uma soberania de serviço, legitimada internacionalmente pelo exercício, e pressupondo a capacidade de estar presente nos órgãos de decisão supranacionais” (1999, p.66).

⁷⁵ Segundo Adriano Moreira a “ (...) conjuntura anterior a 1989 estava descrita, analisada, racionalizada em bibliotecas para as tinham contribuído alguns dos melhores pensadores do nosso tempo, Nenhum deles previu as convulsões de 1989. Nenhum deles previu que ia verificar-se aquilo porque tinham lutado durante meio século” (Moreira, 1993, p. 25).

4.1 ESTRATÉGIA POLÍTICA

A Revolução de Abril terminou um ciclo na vida interna nacional, que já abordamos detalhadamente. Nos dois primeiros anos de democracia, até 1976, a liderança da Nação foi responsabilidade de um misto civil-militar⁷⁶. Neste período as grandes opções estratégicas debatiam-se em redor de três vocábulos: Descolonização, Democratização e Desenvolvimento. Todavia, uma das primeiras preocupações do Movimento das Forças Armadas (MFA), expressa nas medidas imediatas do seu programa – fundamentado na necessidade de definição de uma “ (...) política Ultramarina que conduza à paz (...) só possível com o saneamento da actual política interna e das suas instituições, tornando-as, pela via democrática, indiscutidas representantes do Povo Português (...)” – foi a convocação de uma Assembleia Constituinte eleita por sufrágio universal directo e secreto.

A partir de Abril de 1976, altura em que foi promulgado novo texto constitucional, foi verdadeiramente implementado em Portugal o regime democrático⁷⁷. Muito havia a fazer, o atraso em relação à maior parte dos países europeus era grande.

O pedido de adesão à Comunidade Económica Europeia, em 1977, e a sua entrada como membro de pleno direito, em 1986, que conduzem Portugal à ampla integração no espaço europeu (trazendo a ideia de bem-estar para os portugueses além do necessário desenvolvimento e segurança) fazem com que, a partir desse momento, o objectivo primário da estratégia política portuguesa⁷⁸ passe a ser o cumprimento integral dos critérios de convergência.

Segundo Severiano Teixeira, a “ (...) opção europeia é (...) a grande novidade da política externa portuguesa pós-25 de Abril e o grande desafio para o Portugal democrático (...)” (2004, p.95). Ainda segundo o mesmo autor, essa opção estratégica era fundamentada por “ (...) dois objectivos: a consolidação da democracia que a entrada de Portugal na Comunidade assegurava; a modernização e o desenvolvimento económico que a ajuda comunitária favorecia” (2004, p. 95). A opção europeia tornou-se assim num “ (...) eixo estratégico central da política externa e da inserção internacional de Portugal” (Teixeira, 2004, p.96). Se acrescentarmos o reforço da fidelidade à Aliança Atlântica, e o reforço da cooperação bilateral com África, estamos em presença dos eixos fundamentais da política externa portuguesa da Democracia.

⁷⁶ Os Governos Provisórios desenvolveram uma enérgica política de esquerda. No período conhecido por «*Gonçalvismo*» (2º, 3º, 4º e 5º governos provisórios) houve uma aproximação estratégica ao bloco soviético. O 25 de Novembro de 1975, pôs fim a tal objectivo.

⁷⁷ O I Governo Constitucional tomou posse nesta data.

⁷⁸ Neste mundo em constante evolução, a segurança e o desenvolvimento, são praticamente um só vocábulo, isto é, sem segurança não existe desenvolvimento e sem desenvolvimento não existe segurança.

4.2 ESTRATÉGIA ECONÓMICA

A adesão à, antiga, CEE representa para o Professor César das Neves⁷⁹ a aquisição de um «*pacote*». Este, concreto, objectivo da estratégia económica foi estabelecido, em parte, porque havia a noção de que, após a descolonização, o país precisava de uma «*âncora*»⁸⁰ e, portanto, de uma nova vocação. À data, o consenso político quanto à nossa proposta de adesão⁸¹ era grande.

A entrada na Comunidade⁸², reavaliada em 1995, produziu em Portugal um equilíbrio macro económico: atingiu-se o pleno emprego; conseguiu-se a estabilidade nos preços e o equilíbrio externo. O passo seguinte foi a entrada na moeda única, que produziu em Portugal, devido, principalmente à redução das taxas de juro, fortes estímulos monetários. Assistiu-se ao endividamento das famílias portuguesas.

Portugal tenta agora, através do cumprimento do Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC) (para o qual produziu um Programa de Estabilidade e Crescimento 2005-2009⁸³) a aplicação de uma estratégia de desenvolvimento económico e de consolidação das contas públicas, que inclui medidas e reformas destinadas a enfrentar a actual situação orçamental portuguesa, preocupante, e a criar as condições para um crescimento económico sustentado, procurando a estabilidade económica. Todavia, a integração na moeda única, levou Portugal a «*perder*» duas das três políticas que contribuem para essa função de estabilização: “ (...) a política monetária, que passou a ser centralizada e única no âmbito da Zona Euro (...)” (Veríssimo2005, p.182); a política cambial, associada à política monetária. Apenas a política orçamental continua nas mãos do Estado (Veríssimo, 2005, p. 182).

4.3 ESTRATÉGIA PSICOLÓGICA

Definir e identificar a estratégia psicológica portuguesa a seguir ao 25 de Abril de 1974 é um processo ambíguo e extremamente delicado. Todavia em termos de informação pública destacamos duas correntes: o desenvolvimento de “ (...) uma política de informação que visa o esclarecimento da opinião pública sobre as acções políticas de defesa” (Monteiro, 1996, p. 80); a importância da participação de Portugal em instâncias internacionais permitindo “ (...) aumentar

⁷⁹ Professor da Universidade Católica, que entrevistámos no dia 13 de Julho de 2005.

⁸⁰ Segundo Adriano Moreira Portugal enfrentava a recessão dos mercados tradicionais do destino da nossa imigração, a impossibilidade de abrir rapidamente mercados novos, o aumento em flecha da demanda de trabalho em consequência da descolonização, a deterioração vertiginosa da economia (1977, p. 31).

⁸¹ Segundo o Professor Jacinto Nunes “A alternativa da não adesão, por uma tripla razão, tem o risco de lançar-nos na marginalidade económica da Europa. As razões são o nosso menos grau de desenvolvimento, a nossa pequena dimensão económica e o nosso carácter periférico” (2000, p.42). Esta última razão, com o alargamento a Leste, que reforça a tendência para uma Europa a várias velocidades, é cada vez mais real.

⁸² O Professor Silva Lopes acrescenta que além da entrada na CEE, também o choque petrolífero, que se traduziu na descida dos preços internacionais do petróleo, contribuiu para esta melhoria da vida dos portugueses (2004, p.122).

⁸³ Aprovado em Conselho de Ministros em 2 de Junho de 2005.

o seu poder regional e valorizar a sua intervenção em termos internacionais, numa altura em que cada vez mais se afirmam poderes regionais e se redistribuem responsabilidades” (Videman, 1991, p.111).

4.4 ESTRATÉGIA MILITAR

Com o fim da guerra colonial⁸⁴ tornou-se premente a reorganização da defesa nacional. A Constituição da República de 1976 foi o documento, estruturante, que lhe serviu de base. Esta, conferiu um papel relevante ao Conselho da Revolução⁸⁵, mas não colocava as Forças Armadas na dependência do Governo. Todavia, como refere o General Loureiro dos Santos, citado por Ribeiro, “ (...) o executivo tinha grande influência na maneira como a acção militar era conduzida, na medida em que as partes que concorrem para o todo [estratégia nacional] hão-de forçosamente influenciar-se mutuamente” (2004, p.247). Em 1982, com a extinção do Conselho da Revolução e a revisão do texto constitucional, as Forças Armadas passaram a ficar subordinadas ao poder político, que, em conjunto com as chefias militares, principalmente devido a factores económicos, deu início a um processo de intenções tendo em vista a profissionalização⁸⁶ das Forças Armadas e a sua reorganização estrutural.

O Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN), enquanto documento estruturante da defesa nacional, abrange em termos político-militares dois vectores: o externo e o interno. O primeiro refere que Portugal deve “ (...) garantir que a participação portuguesa na OTAN, reforce a capacidade de defesa autónoma e seja compatível com esta” (Resolução do Conselho de Ministros n.º 10/85), o segundo que “ (...) será acentuada a componente de defesa autónoma eficaz, com capacidade de sobrevivência e dissuasão das ameaças à integridade nacional (...)” (Resolução do Conselho de Ministros n.º 10/85).

O segundo CEDN, surge em 1994, e ao contrário do anterior não faz a separação entre a estratégia a seguir no plano interno e no plano externo. Como principais linhas de orientação no plano militar, diz que Portugal deve adoptar “ (...) uma postura estratégica defensiva e assegurar a capacidade de defesa e resistência que garanta a possibilidade de fazer funcionar em tempo os mecanismos de contenção, políticos e diplomáticos, nacionais e internacionais (...)” (Resolução do Conselho de Ministros n.º 9/94), refere ainda que se devem satisfazer “ (...) os compromissos

⁸⁴ Segundo Brandão Ferreira depois de terminada a guerra colonial pôs-se em causa a própria existência das Forças Armadas (2005, p. 145).

⁸⁵ Ao Conselho da Revolução cabia assegurar (...) as condições para a oportuna e plena aplicação militar (...)” (Ribeiro, 2004, p. 249).

⁸⁶ Em 11 de Dezembro de 1982 é publicada a Lei de Defesa Nacional de das Forças Armadas. A última alteração à Lei é de 2001.

assumidos por Portugal, no âmbito da OTAN (...)” (Resolução do Conselho de Ministros n.º 9/94).

O mais recente CEDN tem a data de Janeiro de 2003 e começa por referir, em relação às Forças Armadas, que estas são o garante: “Da defesa militar do País; da concretização dos Objectivos do Estado e da satisfação dos seus compromissos internacionais, actuando como instrumento da política externa (...)” (Resolução do Conselho de Ministros n.º 6/2003).

Sintetizando, podemos afirmar que em termos estratégicos, Portugal quis, e quer garantir, uma componente militar de defesa própria que desencoraje a agressão e facilite o restabelecimento da paz, em caso de conflito, em condições que correspondam aos interesses nacionais e que, paralelamente, permita a satisfação dos compromissos internacionais assumidos quer no âmbito mais genérico da participação dos esforços da comunidade internacional quer para fazer face a situações que afectem a estabilidade e segurança.

5. ANÁLISE DE CONTEÚDOS

5.1 PRIMEIRA REPÚBLICA

Durante a Primeira República, período conturbado da história de Portugal, foi promulgado o Texto Constitucional de 1911. Pela sua análise somos levados a identificar a existência de um objectivo político: a manutenção da integridade territorial, enquanto expressão da soberania e independência de Portugal, como demonstram os artigos 1º e 2º. É certo que a instabilidade política da época, fruto do sistema parlamentar, não proporcionou o ambiente nacional necessário para a prossecução dos objectivos políticos, todavia, pode-se descortinar uma linha coerente de acção, que se manteve nos diversos governos da Primeira República.

Ao nível dos objectivos estratégicos básicos, os que materializam a missão estratégica ao nível da estratégia total, parece que terá sido a defesa da integridade dos territórios em África e a criação de um poder nacional credível. Para atingir este objectivo, os objectivos estratégicos intermédios, ao nível das estratégias gerais, foram: a fidelidade à aliança luso-britânica, a defesa dos territórios em África e a intervenção no TO europeu, durante a I GM, ao lado dos aliados, de forma a estarmos representados nas Convenções que se seguiram ao pós-guerra.

Ao nível da estratégia política podemos considerar como objectivo estratégico, tanto interna como externamente, a criação de um poder nacional credível⁸⁷. É ainda de considerar, externamente, o reforço da ligação à Inglaterra. A solicitação a esta, de qual a atitude que mais conviria que Portugal adoptasse no início da I GM é disso um bom exemplo.

A estratégia económica teve como principal finalidade a adopção de medidas que contribuíssem para atenuar as nossas vulnerabilidades, devido principalmente à participação na guerra, em termos de auto-suficiência alimentar e desenvolvimento de infra-estruturas.

A utilização da força militar, neste caso como forma de coacção, no teatro europeu e em África, teve diferentes desfechos. Em França sofremos uma estrondosa derrota, muito por culpa do baixo moral que se vivia, e da falta de prontidão operacional, contribuindo no entanto para o sucesso da manobra global, embora à custa de um grande número de baixas. Em Moçambique, a defesa dos territórios foi conseguida à custa de combates travados com as forças alemãs, enquanto em Angola só a primeira expedição entrou em combate com os alemães, sendo a segunda uma campanha de pacificação das populações indígenas.

Assim sendo, ao nível da estratégia total, parece ter havido uma preponderância da estratégia militar, configurando o emprego de uma estratégia total directa, em que as restantes estratégias,

⁸⁷ A nível externo eram fundamental o reconhecimento e credibilização do novo regime, numa Europa maioritariamente monárquica e conservadora.

à excepção da psicológica, inócua neste período, auxiliaram a estratégia dominante. A nossa participação no Tratado de *Versailles*, onde se reconheceu a integridade das colónias portuguesas, reflecte neste período a acertada escolha do objectivo político atrás referenciado.

Portugal prosseguiu, durante a Primeira República a afirmação da soberania mantendo a integridade do território e “ (...) criando um poder credível, interna e externamente” (Viana, 1996, p.208). O reforço da aliança luso-britânica e intervenção militar e diplomática, nas questões europeias, para preservação dos territórios ultramarinos, eram também objectivos estratégicos a integrar num eventual Conceito Estratégico Nacional⁸⁸. As palavras de António José de Almeida, quando na Chefia do Governo de Guerra, são suficientemente explícitas, quanto a este último objectivo: “É necessário que ao chegarmos ao fim da guerra possamos manter intacto, se não aumentado, o nosso domínio colonial em África, e por toda a parte bem assinalado o nosso prestígio de nação autónoma, de nação livre” (Nogueira, 1971, p.370),

5.2 ATÉ AO FIM DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Internamente este período do Estado Novo representa a ruptura, nomeadamente em termos internos, com o passado. Oliveira Salazar tinha um projecto para o País e pretendia aplicá-lo. A nível Externo ocorreram dois acontecimentos, a Guerra Civil de Espanha e a II Guerra Mundial (II GM), que modificaram, o primeiro na preparação do segundo, a conjuntura mundial.

À semelhança da Constituição de 1911, também o Texto Constitucional de 1933, indicia a existência de um objectivo político: a manutenção da soberania, principalmente através da manutenção da integridade territorial, expressa nos artigos 1º e 2º.

Os objectivos estratégicos básicos parecem ter sido a defesa da integridade dos territórios ultramarinos, a coesão nacional e a manutenção da neutralidade. Embora o primeiro se mantenha em relação ao período anterior a forma de o atingir sofreu evoluções. Nesta ocasião, em vez da estratégia militar, como estratégia dominante, Oliveira Salazar preferiu a estratégia diplomática, assente nos princípios: política externa como afirmação nacional; independência de julgamento e autonomia de decisão; política de integridade do Império Colonial; política de rumo firme e de continuidade, sem desvios de interesses alheios ocasionais ou de oscilações dos grandes países, mas sem por em causa a aliança com a Inglaterra. Indissociável da política externa, a política militar foi constituída à volta dos ideais da Pátria e de um Exército e de uma Armada bem apetrechados e instruídos.

⁸⁸ Na sua obra “ A evolução do Conceito Estratégico Nacional da Fundação ao Estado Novo”, Rodrigues Viana fala de um Conceito Estratégico de Sobrevivência Nacional (1996, p.208).

Ainda relativamente à integridade territorial, era notória a preocupação do governo numa invasão de Portugal. É neste sentido que devem ser encarados como objectivos estratégicos intermédios, ao nível da estratégia militar, a defesa dos arquipélagos atlânticos e, em 1938, a constituição da Missão Militar às Colónias, que findo o seu trabalho propôs uma organização militar com a finalidade de defender os territórios de Angola e Moçambique e estudar a eventual contribuição que as colónias poderiam vir a prestar à Metrópole na hipótese de guerra só ocorrer na Europa. É também sob esta óptica que deve ser encarado o esforço de remodelação da Armada e o reequipamento do Exército.

A coesão nacional, segundo objectivo estratégico básico, embora sem suscitar a hostilidade de vontades políticas adversas, é alcançada tendo por base objectivos estratégicos intermédios: ao nível da estratégia política com a afirmação da família e ao nível psicológico, com a construção de um ideário do Estado Novo, tendo por base o Acto Colonial e a União Nacional. A coesão nacional era um objectivo vital para a implementação das políticas do Estado Novo.

Por fim, a manutenção do estatuto de neutralidade⁸⁹ durante a II GM, obra notável de Oliveira Salazar. A sua manutenção condicionou a estratégia política, principalmente externa, e militar.

Ao nível da estratégia económica, aos objectivos do período anterior, podemos acrescentar o equilíbrio das contas públicas como objectivo estratégico.

Assim, ao nível da estratégia total, parece ter havido uma preponderância da estratégia política externa, configurando o emprego de uma estratégia total indirecta, em que as restantes estratégias auxiliaram a estratégia dominante.

Face ao objectivo político de manutenção da soberania, à missão estratégica de defesa dos territórios ultramarinos, da coesão nacional e da manutenção da neutralidade, e à forma como foram desenvolvidas as estratégias gerais para a alcançar, parece ter tido sucesso a estratégia total indirecta, uma vez que foi mantida a soberania e a integridade territorial de Portugal.

Durante este período o Estado português adoptou como ideias-força: o reforço da soberania, garantindo a manutenção da integridade territorial, bem reflectida do Artigo 2º do texto constitucional de 1933, “O Estado não aliena por nenhum modo qualquer parte do território nacional ou dos direitos de soberania que sobre ele exerce, sem prejuízo da rectificação de fronteiras, quando aprovada pela Assembleia Nacional”; a independência de julgamento, perante os conflitos; manter a neutralidade enquanto possível; manter a amizade peninsular e a aliança com a Inglaterra; a coesão nacional; equilibrar as finanças públicas. Estariam também integradas

⁸⁹ Em nossa opinião o Regime do Estado Novo não adoptou uma posição neutral face à Guerra Civil de Espanha.

no eventual CEN a afirmação da importância do Atlântico, e a fidelidade à Sociedade das Nações⁹⁰.

5.3 O PODER DAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS E OS MOVIMENTOS ANTICOLONIALISTAS

A ONU, a OTAN e a Conferência de *Bandung* são os factores que, em nosso entender, condicionaram a conjuntura internacional a seguir à II GM. Todos eles, influenciaram directamente a tomada de decisão do Regime. Senão vejamos: O primeiro, porque, iniciou, segundo Portugal, uma política apressada de independência das colónias, de grande desgaste para o Estado Português; o segundo, porque Portugal procurava o seu espaço na nova conjuntura e não queria enfrentar sozinho os diversos perigos que assolavam a Europa, principalmente o avanço russo, directo ou indirecto, através de África, até ao Atlântico; o terceiro, porque o Movimento dos Não Alinhados, reunidos em *Bandung* veio reforçar «a emancipação» dos territórios colonizados que iria levar ao isolamento de Portugal na defesa do seu império.

A manutenção do objectivo político ao longo do Estado Novo foi uma constante: manutenção da soberania. Todavia, neste período, além da manutenção da integridade territorial, também o reforço da posição euro-atlântica, e a participação nas organizações internacionais emergentes, contribuíram para esse objectivo.

Com a entrada na OTAN, Portugal assumiu responsabilidades na Europa. No entanto, somos da opinião que ao nível dos objectivos estratégicos básicos, a manutenção da integridade dos territórios ultramarinos, como afirmação da soberania, não só foi mantida como reforçada. Baseamos esta afirmação numa perspectiva geográfica, isto é, em relação aos demais países europeus, Portugal mantinha o seu território intacto, com a devida recompensa em termos de riqueza. Quanto a este objectivo parece-nos que foi a estratégia política, no seu vector externo, que se revelou dominante.

Os Movimentos Independentistas criados após *Bandung*, principalmente os que surgiram em Angola, Moçambique e Guiné, poderiam colocar em causa a integridade territorial. E, é nesse sentido, que devem ser encarados como objectivos estratégicos intermédios, ao nível da estratégia política, numa primeira fase o reforço da ligação a Inglaterra⁹¹, como potência europeia que apoiava a política colonialista de Portugal e numa segunda fase, já depois da chefia

⁹⁰ Segundo Brandão Ferreira, “ (...) enquanto garante da paz e desde que não prejudicasse a defesa, nem influísse no Ultramar português” (2002, p. 222).

⁹¹ A Inglaterra apresentava-se neste período com duas estratégias distintas e algo contraditórias. Por um lado tinha uma postura a favor da descolonização e nesse sentido estava ao lado dos EUA, por outro lado, preferia negociar com os portugueses em África do que com um qualquer Movimento Independentista que muitos problemas poderiam causar.

da OTAN ter afirmado que o material militar da Aliança não podia ser empregue nos TO africanos, a aproximação à França e à Alemanha.

Economicamente, aproveitando a conjuntura internacional, o Presidente do Conselho, através do início da implementação dos Planos de Fomento (I Plano de Fomento), objectivo estratégico intermédio, salvaguardou a Metrópole de qualquer eventualidade que poderia resultar de mudanças, inesperadas, na Comunidade Internacional.

Durante este período a estratégia psicológica contribuiu para a estratégia total, devido, principalmente ao esforço de Oliveira Salazar em convencer os seus aliados da importância que tinha a manutenção da situação em África. Nesta vertente salientam-se, principalmente, os vários encontros entre o Estado Português e o Governo Americano. Em termos internos o Presidente da República, General Óscar Carmona e o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Franco Nogueira, citados por Freire Antunes, procuram reforçar a coesão nacional quando afirmam, respectivamente, “Portugal não é somente uma potência europeia; é uma potência mundial.” e “ (...) quero este país pobre mas independente; e não o quero colonizado pelo capital americano” (1991, p.33), isto é, elevação do sentimento patriótico.

A estratégia militar foi alterada, principalmente devido à entrada na OTAN. O vector mais saliente desta mudança, embora se possa dizer que os “ (...) primeiros anos da presença portuguesa (...) são ainda dominados pelo conceito estratégico do bastião ibérico (...)” (Teixeira, 2004, p.62), dizia respeito à estrutura das Forças Armadas, isto é, a OTAN pretendia qualidade em vez de quantidade, ou seja, Forças Armadas reduzidas mas altamente qualificadas do ponto de vista profissional e equipadas do ponto de vista tecnológico (Teixeira, 2004, p. 62), em vez de quantidade. Ainda em termos de estratégia militar, e antevendo o que poderiam causar os movimentos anticolonialistas, o que realmente veio a suceder, Portugal reviu as suas estratégias particulares principalmente a estrutural e a genética.

Portugal manteve as linhas gerais do Conceito Estratégico, decorrente das linhas da política do Estado Novo, à excepção da estratégia militar. Acrescentamos, como ideias novas, o fortalecimento da posição euro-atlântica e a participação em organizações internacionais. Também, devido à alteração do ambiente estratégico, principalmente com a cruzada anticolonialista, foi Portugal obrigado a introduzir novos objectivos, e a reforçar alguns mais antigos, na sua política em relação ao Ultramar. Segundo Brandão Ferreira, tornou-se fundamental a “ (...) afirmação de princípios quanto à defesa intransigente dos territórios ultramarinos como parte integrante e inalienável do todo nacional (...)” (2002, p.357), assim como conseguir uma melhor coordenação, de que saia reforçado o potencial nacional, aos níveis político, diplomático, militar e económico (Ferreira, 2002, p. 357).

5.4 A GUERRA DO ULTRAMAR

A luta armada em África, ao nível da estratégia militar, estratégia dominante, constitui-se no principal, senão único, objectivo estratégico básico, tendo em vista a garantia da manutenção da soberania portuguesa, objectivo político perseguido pelo Estado. Portugal, prevenido, estava preparado para o atingir. A análise da situação político-estratégica internacional e os seus factores de evolução tinham sido suficientemente desenvolvidos pelo Estado Novo.

Portugal, ao contrário do antecedente, não temia uma invasão, mas temia a perda do Ultramar. Não faltavam pretendentes, embora dissimulados, utilizando acções no âmbito da estratégia indirecta. A África portuguesa, qual «*reino silencioso*», estava prestes a despertar a opinião pública mundial. Mais uma vez o Estado Novo, de forma audaz, delineou, ao nível das estratégias gerais, os seus objectivos estratégicos intermédios. O primeiro, o endurecimento da política externa, capaz de enfrentar as poderosas nações que combatiam a nossa política ultramarina. O segundo, ao nível da estratégia psicológica, o incremento da propaganda e da contra-propaganda. Frases como a proferida por *Julius Holmes*, citado por Freire Antunes, num trabalho que apresentou sobre África: “Portugal (...) faz muito pouco para melhorar a vida das populações” (1991, p. 36), mereceram especiais cuidados. O terceiro objectivo por nós considerado, ao nível da estratégia militar, foi a reorganização e o reforço militar do Ultramar. Portugal encontrava-se preparado para entrar em guerra⁹², são exemplo disso a excelente capacidade de antecipação de Oliveira Salazar, com o envio da Missão Militar às colónias e mais tarde a reestruturação militar de 1968 (é de relembrar que a partir de 1964, com o início da guerra na Guiné, Portugal combatia em três TO). Por último, em termos de estratégia económica, destaca-se a continuidade dos Planos de Fomento, que permitiria a Portugal a continuação do desenvolvimento económico.

A manutenção da soberania portuguesa, principalmente em defesa dos territórios africanos, constituiu-se como a principal ideia-força do eventual CEN. Todavia, ideias como a existência de uma política externa forte, o reforço da ligação à OTAN, onde a importância dos Açores⁹³ ganhava relevo, o desenvolvimento económico, a liberalização do comércio externo, com as participações da EFTA, na OECE e no GATT e a aliança com a Inglaterra parecem constituir ideias-força de um provável CEN.

⁹² O General Silvério Marques, citado por Proença Garcia, afirmou, acerca do tipo de guerra que teve lugar em África, a guerra de guerrilha, que “ (...) este tipo de guerra não se ganha pela acção militar, mas perde-se pela inacção militar” (2003, p.176).

⁹³ Cujo controlo representava para Portugal uma «*carta de trunfo*» para negociar com os EUA.

5.5 A DEMOCRACIA

O 25 de Abril de 1974 colocou um ponto final nos treze anos de luta no Ultramar. O sistema político vigente até essa data não tinha conseguido obter uma paz duradoura entre os portugueses de todas as raças. Até 1976, Portugal iria ficar reduzido às suas fronteiras e voltava a ser apenas Europeu. Tal como aconteceu ao longo da Primeira República, com a pretensão de reconhecimento do poder instituído, a nível interno e externo, também a afirmação da soberania portuguesa⁹⁴, objectivo político, por nós levantado, foi conseguida através de dois objectivos estratégicos básicos: a afirmação do Estado democrático⁹⁵ e o reconhecimento internacional da República.

Quando em 14 de Março de 1976, Mário Soares, citado pelo professor Hermano Saraiva, discursando no Porto, refere que “ (...) repensar a Europa e o seu futuro é obra de todos os europeus, povos e nações, incluindo aqueles que só marginalmente têm participado no processo da construção europeia verdadeiramente iniciado após o termo da segunda guerra mundial.” (2004, p.65), estava dado o passo para a «*redacção*» de outro objectivo estratégico básico, a adesão à CEE e a sua integração como membro de pleno direito. A adesão à Comunidade proporcionou a Portugal a tão “ (...) necessitada solidariedade financeira que se traduziu em grandes prestações de capital a fundo perdido” (Saraiva, 2004, p.83). Para o cumprimento deste objectivo, que ainda hoje se mantém, tem sido desenvolvido um misto de estratégia política e económica.

Especificamente ao nível dos objectivos estratégicos intermédios, podemos realçar, da estratégia política: a implementação de um regime democrático, com base na Constituição da República de 1976; o reforço da participação nas organizações a que já pertencíamos seja a nível político, económico ou militar; a afirmação da identidade nacional no contexto europeu e mundial, reforçando a opção europeia e ao mesmo tempo a nossa responsabilidade euro-atlântica e até universal, de que se torna elemento fundamental a língua portuguesa, falada em quatro continentes.

Ao nível da estratégia económica o cumprimento dos critérios de convergência (em que a tentativa de resolução de défice se tornou uma constante) é hoje em dia um objectivo estratégico intermédio vital para a nossa plena integração na UE.

⁹⁴ “Portugal é uma República soberana, baseada na dignidade da pessoa humana e na vontade popular e empenhada (...)” (Artigo 1.º, Títulos fundamentais, da Constituição da República Portuguesa aprovada em 2 de Abril de 1976). O texto repete-se nas alterações produzidas no novo Texto Constitucional de 1997 (Lei Constitucional N.º 1/97, de 20 de Setembro).

⁹⁵ “A República Portuguesa é um Estado democrático, baseado na soberania popular, no respeito e na garantia dos direitos e liberdades fundamentais e no pluralismo de expressão e organização política democrática (...)” (Artigo 2.º, Títulos fundamentais, da Constituição da República Portuguesa aprovada em 2 de Abril de 1976).

Ao nível da estratégia militar apontamos dois objectivos intermédios. O primeiro, a nível interno com a profissionalização e reorganização das Forças Armadas, principalmente com o objectivo de responder à evolução do fenómeno militar. Destaca-se nesta vertente o fim da guerra-fria e o aparecimento do terrorismo transnacional. O segundo, embora o primeiro lhe esteja na génese, responder de forma afirmativa às solicitações feitas pelas organizações internacionais a que pertencemos, principalmente ao nível da OTAN, participando *na NATO Response Force* (NRF)⁹⁶ e ao nível da UE, disponibilizando forças para os *Battlegroup*⁹⁷.

Durante o último quartel do século XX e início do século XXI, podemos considerar como ideias-força de um possível CEN: a manutenção da soberania, com a implementação do regime democrático (necessidade de reconhecimento da nova República), ao mesmo tempo que se reforça a cidadania e assegura a qualidade da democracia (reforço da justiça social e garante da igualdade de oportunidades); a adesão e plena integração à UE, combatendo o défice, objectivo vital, com o propósito de criar condições para uma economia moderna e competitiva que proporcionará melhores condições de vida; a participação (cooperando activamente nas organizações internacionais a que pertence) num espaço de defesa e segurança alargado.

⁹⁶ Força criada por iniciativa dos EUA e apresentada na Cimeira de Praga (2004) cujo objectivo é providenciar à Aliança Atlântica capacidades terrestres, marítimas e aéreas, integradas e completamente interoperáveis, sob um mesmo comando, para onde quer que o NAC a requeira, com a finalidade de prevenir que conflitos ou ameaças escalem para disputas de maiores dimensões (Freire, 2005, p. 146).

⁹⁷ Iniciativa franco-britânica, posteriormente alargada à Alemanha, para operacionalizar os Elementos de Resposta Rápida que o *Helsinki Headline Goal* previa. Está vocacionada para intervir no âmbito da ONU e para o continente africano (Freire, 2005, p. 146).

CONCLUSÕES

Poderemos ter-nos alargado nas nossas considerações, todavia, reclamam-nas o assunto, a importância do tema e a gravidade de o não termos. O CEN não pode, ou não deve, como futuro documento que se quer estruturante, reger-se por facções políticas, ou outras, que ponham em causa, e aviltem com mesquinhas lutas, muito ao gosto, devido às insuficientes capacidades de diálogo das elites dirigentes, o que devem ser os objectivos nacionais.

Este não é contudo um trabalho completo e embora nos tenhamos virado, ao longo do nosso estudo, para o país que fomos, “ (...) para o país que somos, mas também para aquele que queremos ser (...)” (Couto, 1997, p.53), não analisamos, nem delimitamos, os futuros possíveis nem apresentamos ideias-força, sublinhando as oportunidades e fazendo face aos condicionamentos de origem externa, a considerar no futuro CEN.

A questão central que nos guiou, que quase podemos dividir, entre passado e futuro, embora associado ao presente, levou-nos a identificar, tendo em conta as condicionantes dos vários ambientes estratégicos, a existência, ou não, de um eventual Conceito Estratégico Nacional em cada um dos períodos em análise.

Esta conduziu-nos a algumas perguntas derivadas que sustentadas por um conjunto de hipóteses orientadoras permitiram o desenvolvimento do nosso estudo e a dedução de algumas conclusões que a seguir apresentamos:

- Portugal entrou na I Guerra Mundial para assegurar a soberania nacional. Para asseverar este objectivo, Portugal conjugou três razões: a defesa dos territórios ultramarinos; o afastamento do «*perigo espanhol*»; a legitimidade, interna e externa, do governo da República;

- A Tomada de posse de Oliveira Salazar como Presidente do Conselho gerou uma alteração profunda na política portuguesa só comparável à realizada 40 anos mais tarde aquando do 25 de Abril de 1974. A promulgação de novo Texto Constitucional e do Acto Colonial, onde eram definidas as políticas a seguir para as colónias, reflectem essa evolução. Desde logo se salienta a importância da família, que o Estado se obrigava a constituir e a defender, como factor de coesão nacional. O segundo factor importante foi a implementação de um Estado Corporativista⁹⁸ e fechado sobre si mesmo, inclusive a nível económico, sendo da sua responsabilidade as ligações

⁹⁸ A Câmara Corporativa, expoente máximo do Estado Corporativista, não tinha iniciativa legislativa mas apenas funções consultivas – através de pareceres – obrigatórias, mas sem carácter vinculativo, em toda a actividade legislativa exercida pela Assembleia Nacional e pelo Governo. Era composta por procuradores, representantes de autarquias locais e dos interesses sociais de ordem administrativa, moral, cultural e económica, que se repartiam em 3 sectores: interesses económicos, culturais e morais, administração local e administração pública, que em 1953, se alargaram e transformaram em 24 secções especializadas. As revisões constitucionais introduziram algumas alterações ao seu funcionamento, nomeadamente a de 1959 pela qual passou a fazer parte do colégio eleitoral que elegia o Presidente da República.

com o exterior, não permitindo ingerências estranhas. O terceiro factor, igualmente expresso na Constituição é a de que a organização militar é uma para todo o território; finalmente, o quarto, a obtenção e manutenção da neutralidade em relação aos conflitos internacionais, bem visível na II Guerra Mundial, que condiciona a política, principalmente a externa, do regime;

- Não houve alterações ao nível da estratégia total, em Portugal, com a adesão à Organização do Tratado do Atlântico Norte. As alterações produziram-se ao nível das estratégias gerais, particularmente, ao nível da estratégia militar. A OTAN, além de pretender «*menos e melhores forças*», pretendia que as nações não ambicionassem Exércitos irreais que não podiam manter. Neste campo da estratégia militar Portugal viu melhorado sobretudo a sua estratégia genética. Todavia, a OTAN contribuiu de forma decisiva para o desenvolvimento das Forças Armadas. Consegui-o através de dois vectores: o primeiro, com uma política de reequipamento das Forças Armadas, o segundo, proporcionando formação, no estrangeiro, a inúmeros militares portugueses.

- A guerra do Ultramar não alterou a Grande Estratégia Nacional portuguesa todavia, obrigou o regime a alterar a forma de a alcançar. A soberania nacional estava em causa. Se relembramos as palavras de Oliveira Salazar proferidas num discurso em 30 de Julho de 1930, quando promovia a União Nacional, “ (...) não deixemos que um povo com tão grandes possibilidades, com tão largas reservas de energia e de riqueza, com tantas qualidades de sacrifício, dedicação, patriotismo, tenha o aspecto triste dos que assistem às grandes derrocadas históricas e desistem de construir o seu futuro!”, identificamos o que verdadeiramente representavam para o Estado Novo os territórios ultramarinos. Ao nível das estratégias gerais a actividade foi intensa: Na estratégia militar alterações na estrutura e doutrina⁹⁹ das Forças Armadas, já anteriormente iniciada, e que permitiram a Portugal estar preparado para a guerra; na estratégia política, principalmente externa, o seu fortalecimento para fazer face aos que queriam denegrir a política portuguesa em relação a África; uma estratégia psicológica intensa, com dois objectivos: a informação pública, a nível interno e a propaganda e contra-propaganda a nível externo.

- O 25 de Abril de 1974, ou se quisermos ser mais correctos, os anos 1974 e 1975, ano em que o último território ultramarino foi descolonizado, é em termos temporais o período que materializa a maior evolução no CEN. Esta evolução não é dada ao nível do objectivo político, que era e continuou a ser a manutenção da soberania, mas sim ao nível dos objectivos estratégicos básicos que materializam a missão estratégica, isto é, de uma forma simplista, afirmamos que Portugal passou a ter uma opção europeia em vez de uma opção africana. Não é

⁹⁹ Com a publicação dos cinco volumes da “Guerra Subversiva”, da autoria do Ministério do Exército.

que a primeira estivesse fora das perspectivas futuras do Estado Novo, mas o seu interesse ainda não era vital. A partir de 1976, Portugal ficou reduzido à sua plataforma europeia perdendo argumentação na conjuntura internacional, já não integrava os «*territórios Alcora*», tão desejados pelas potências dominantes. As Grandes Aspirações Nacionais estavam assim condicionadas à afirmação europeia. A adesão à CEE alterou o CEN em dois vectores: o primeiro com a já referida opção pelo velho continente, ao nível da estratégia total; o segundo ao nível das estratégias política e económica (talvez o mais importante durante todo o último quarto do século XX) e militar (que julgamos nós, mostrará a sua importância, como já vem demonstrando, durante o século XXI). Todavia, segundo o Dr. João Salgueiro na “ (...) definição das estratégias, Portugal encontra-se simultaneamente no tabuleiro mundial e no tabuleiro europeu. No entanto, não há que optar entre os dois, uma vez que os desafios são de facto mundiais e não se encontrará solução para os desafios europeus fora da lógica mundial” (2005, p.27).

Respondendo directamente à questão central é de referir que ao longo do espaço temporal que abrange o nosso estudo, Portugal sempre, embora não como documento estruturante, mas porque se observa uma constância de propósitos e uma intencionalidade na prossecução de determinados objectivos, possuiu um Conceito Estratégico. Este é perceptível pelas linhas de continuidade que é possível identificar. Não nos referimos apenas aos Grandes Objectivos Nacionais, manutenção da soberania, tendo por base a integridade nacional (independentemente do ajuste de fronteiras), e segurança e bem-estar das populações, e ainda de um lado menos utópico a aliança com a Inglaterra, sempre presentes, referimo-nos a objectivos que, embora influenciados e condicionados pela conjuntura internacional, se mantiveram «*vivos*» durante mais de uma década ou até de uma ou várias gerações. São exemplos, a coesão nacional, iniciada no período entre guerras, conturbado e tumultuoso, que muito contribuiu para o equilíbrio do Estado após a ditadura militar e a participação em Organizações Internacionais (ao que se junta a «*integração*» na Europa nos inícios do século XX) no sentido de reforçar o espaço de intervenção português, palpável em várias ocasiões; o reconhecimento internacional da República após a sua implantação, em 1910; a reorganização e o desenvolvimento das Forças Armadas após a entrada na OTAN; desenvolvimento económico com a adesão à UE, quando foi perdido o «*novo Brasil*»; reforço do elo transatlântico com a mudança do centro de decisão para o atlântico.

É ainda de referir, em relação a estas linhas de continuidade, que se o objecto se manteve a forma de o atingir foi sofrendo alterações ao longo do tempo. Esta afirmação está expressa na diversidade das estratégias dominantes, em cada um dos períodos. Aí, Portugal actuou

racionalmente, de acordo com os novos ambientes internacionais. Acrescentamos, que à data de realização deste trabalho não vemos razões para que estas linhas de continuidade não continuem a orientar o futuro CEN, independentemente de qualquer que seja a orientação política do Estado democrático. Julgamos, todavia, que sejam quais forem os grandes objectivos nacionais a inserir num futuro conceito, a sua concepção deve ter como base cinco vectores basilares:

1º Vector: Definição dos Objectivos Políticos

Os Estados desejam como fins últimos: “ (...) a sua segurança ou sobrevivência e o seu progresso e bem-estar” (Couto, 1988, p.307). Entendemos, estes objectivos, como permanentes, isto é, enquanto “ (...) objectivos que deverão resistir às normais alternâncias democráticas (...)” (Carvalho, 1986, p.65). O Comandante Virgílio de Carvalho fala-nos de Objectivos Nacionais Permanentes¹⁰⁰, como pertencentes a uma Grande Estratégia Nacional e, que estes (...) constituem uma espécie de farol que aponta o caminho para as Aspirações Nacionais” (1986, p.65).

Dizemos nós, que o CEN, além de contemplar os Objectivos Nacionais Permanentes, deve, também, conter objectivos¹⁰¹ decorrentes de ambições do presente e do futuro.

O estudo indica-nos que foi Oliveira Salazar quem melhor delineou estratégias para alcançar o objectivo político do Estado Novo. Equilibrou as finanças públicas, criou coesão nacional, manteve-se neutral e reforçou o interesse do Ultramar. A indefinição de Marcelo Caetano provocou a queda do Regime.

2º Vector: Enquadramento Internacional

Para o General Cabral Couto a definição de objectivos políticos obriga a “ (...) uma explicação da conjuntura internacional do momento, ajuizar sobre o sentido da sua evolução, no espaço e no tempo, e justificar, à luz dessa explicação e juízos e dos fins da política, os objectivos políticos escolhidos” (1988, p.309). Embora de âmbito Nacional, o Conceito Estratégico reflecte a nossa ambição a todos os níveis, que sofrerá regulações, pela situação interna, mas acima de tudo, já que como refere o Dr. Jorge Sampaio os “ (...) fenómenos da Globalização [com todos os factos que lhe estão associados, terrorismo, desequilíbrio demográfico, pobreza, entre outros] alteram os próprios conceitos de tempo e de espaço, que são o ponto de partida natural para a formulação do interesse nacional” (Sampaio, 2000, p.21), pela

¹⁰⁰ O Almirante Quesada de Andrade, citado por Mendes Dias (2005, p.68), refere a existência de “ (...) pelo menos, 3 Objectivos Nacionais Permanentes: Preservação e reforço da nossa nacionalidade; preservação e consolidação da nossa individualidade política e preservação e consolidação da nossa coesão inter-territorial.”

¹⁰¹ Que segundo Virgílio Carvalho respeitem os Objectivos Nacionais Permanentes (Carvalho, 1986, p.66).

situação externa. Todavia, o perfeito conhecimento da conjuntura internacional não dispensa a certeza quanto á situação interna, capacidade de resposta, da outra parte, o próprio País.

Portugal definiu estratégias para fazer face à I GM, à Guerra Civil de Espanha, à II GM, à criação das Organizações Internacionais, ao Movimento dos Não Alinhados. Compreendeu, depois da Revolução de Abril de 1974, o que representava estar fora da UE e actualmente procura reforçar o seu papel na Aliança Atlântica, atendendo em parte ao novo ambiente estratégico mundial, e cumprir os critérios de convergência exigidos pela União. Hoje, mais do que saber se o mundo está melhor ou pior é necessário perceber que está diferente. Esta diferença deve reflectir-se na concepção das diferentes estratégias.

3º Vector: Base alargada

Durante este trabalho, apresentamos a evolução do CEN através do estudo das estratégias gerais: a política, a económica, a psicológica e a militar. Decidimos assim porque é nossa opinião que na definição de um CEN, na sua génese, deve haver a participação de uma base alargada de entidades, de reconhecido valor em cada uma das áreas, que definam, além dos objectivos, os caminhos a seguir na sua execução. As ideias que ele comporta não podem ser um elemento de discórdia e de divisão, tem de constituir o reflexo de um amplo consenso nacional¹⁰². A responsabilidade de coordenação deve caber ao Gabinete do Primeiro-ministro.

A falta de consenso nacional, originado por inúmeras querelas políticas, apressou o derrube da Primeira República, hoje, tal como há 80 anos, terá que existir unanimidade nacional, entendimento político sobre as estratégias a seguir, ou aparecerá a falta de confiança, o receio e a insegurança, factores que impedirão o cumprimento dos objectivos da Nação.

4º Vector: Realidade

Embora façamos parte de Organizações Internacionais importantes a nível mundial, como a UE e a OTAN, com Conceitos Estratégicos definidos, e que nos permitem, em conjunto, atingir objectivos, como é o caso da segurança e defesa, que isolados se tornariam irrealis, devemos ter em conta a nossa realidade em termos contemporâneos, seja em termos de poder político, económico ou até militar. O CEN deve reflectir objectivos alcançáveis e perfeitamente adequados á nossa realidade.

¹⁰² Segundo Mendes Dias, só um consenso que se situe (...) num plano superior das querelas políticas (...) materializando uma vontade nacional, que permitirá em última análise fazer com que a grande massa populacional perceba as razões que levarão os seus representantes a agir ou a decidir de determinada maneira” (2005, p. 669-670).

O isoterismo de Afonso Costa, ao pretender criar inúmeras divisões, a que só a entrada na OTAN pôs fim é hoje traduzido na elaboração de um documento estruturante como é o CEDN, que coloca Portugal, e a sua capacidade de intervenção, ao nível das grandes potências mundiais.

5º Vector: Ambição

O CEN traduz a ambição de um Estado. A sua evolução, alteração, ou mudança, só é compreensível se o Estado tiver reunido condições de aumentar o seu nível de ambição. Esta liga-se directamente com as capacidades de cada País: quanto maiores estas forem mais ambição se poderá ter.

Apontamos esta ambição em dois momentos distintos do nosso trabalho. O primeiro é que só a ambição de manter a soberania nacional, através da integridade territorial, mantendo as Províncias Ultramarinas, pôde levar à manutenção de um conflito, com as particularidades da guerra colonial, durante treze anos. O segundo, actual, leva os sucessivos governos, com a ambição de Portugal cumprir os critérios de convergência exigidos pela UE, a fim de se manter na linha de desenvolvimento dos principais membros, a delinear objectivos estratégicos que podem provocar uma espiral de insegurança e mal-estar na população.

BIBLIOGRAFIA

- AFONSO, Aniceto e GOMES, Carlos (2004) – Portugal Grande Guerra 1914 – 1918. Diário de Notícias.
- ALVES, Lopes (1999) – Estratégia Panorama Geral da Sua Teoria. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- AMARAL, Freitas (1995) – O Antigo Regime e a Revolução – memórias políticas. Lisboa: Círculo de Leitores.
- ANTUNES, Freire (1991) – Kennedy e Salazar, o leão e a raposa. Lisboa: Círculo de Leitores.
- BACELAR, Sérgio (2000) – A Guerra em África, 1961 – 1974, Estratégias adoptadas pelas Forças Armadas. Porto: Liga dos Amigos do Museu Militar. Universidade Portucalense.
- BARATA, Themudo e TEIXEIRA, Severiano (2004) – Nova História Militar de Portugal. Volume 4. Rio de Mouro: Círculo de Leitores e Autores.
- BARRENTO, Martins (1988) – Conceito Estratégico de Defesa Nacional na Fundação. In, Revista Nação e Defesa, N.º 46, Abril – Junho. Instituto de Defesa Nacional. Lisboa:
- BARRENTO, Martins (1999) – Reflexões sobre Temas Militares. Volume II. Instituto de Altos Estudos Militares. Lisboa:
- BEAUFRE, André (1998) – Introdução à Estratégia. 1ª Edição. Lisboa: Edições Sílabo.
- BLOCH, Marc (1963) – Introdução à História. Lisboa: Publicações Europa – América.
- CADETE, Loureiro (1991) – Evolução do Conceito Estratégico Nacional – Da proclamação da República à Constituição de 1933. In, Estratégia, Volume II. Instituto de Relações Internacionais. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. p. 212 – 229.
- CARDOSO, Pedro (199?) – Necessidade de uma visão estratégica do ensino da história.
- CARVALHO, Virgílio de (1986) – Estratégia Global e subsídios para uma grande estratégia nacional. Instituto Superior de Ciências Sociais e Política. Lisboa:
- CARVALHO, Virgílio de (1991) – O desafio da opção europeia. In Nação e Defesa, N.º 64, Instituto de Defesa Nacional. Lisboa: p. 81 – 96.
- CLAUSEWITZ, Carl Von (2003) – Princípios da Guerra. 1ª Edição. Lisboa: Edições Sílabo.
- COUTO, Cabral (1988) – Elementos de Estratégia. Vol. 1. Instituto de Altos Estudos Militares. Lisboa:
- COUTO, Cabral (1997) – O País que somos, o Portugal que queremos ser. Contributos para um CEN: No quadro global e regional; No quadro multinacional e bilateral. In Boletim IAEM. N.º 43. Instituto de Altos Estudos Militares. Lisboa:

- DIAS, Mendes (2005) – A grande estratégia nacional: o contributo do método. In Revista Militar N.º 57 – Junho/Julho. Lisboa: p. 665 – 687.
- ESTRELA, Edite [et. al] (2004) – Saber escrever saber falar. Braga: Círculo de Leitores.
- FARIA, Telmo (2001) – Os militares e a Política no Estado Novo. Comunicação apresentada no âmbito do I Ciclo de Conferências sobre Diplomacia e Guerra – Política externa e política de defesa em Portugal do final da monarquia ao marcelismo, realizada em Évora em 2000.
- FALCÃO, Conde (1998) – Imagens da I Guerra Mundial. Estado-Maior do Exército. Lisboa:
- FERREIRA, Brandão (2002) – Evolução do Conceito Estratégico Ultramarino Português: da Conferência de Berlim à descolonização. Lisboa: Editora Hugin.
- FERREIRA, Brandão (2005) – Portugal: os conflitos militares dos últimos 30 anos. In Revista Militar, N.º 2437/2438 – Fevereiro/Março. Lisboa: p. 145 – 165.
- FERREIRA, Medeiros (2003) – Portugal e os EUA nas duas Guerras Mundiais: a procura do plano Bi-Lateral. Comunicação apresentada na Conferência Internacional – Portugal, a Europa e os EUA – em 2 e 3 de Outubro.
- FIGUEIREDO, António de (1975) – Portugal: Cinquenta Anos de Ditadura. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- FREIRE, Miguel (2005) – O catálogo de forças de Helsínquia. Participação Nacional. Compatibilização com o conceito NRF/OTAN. In Boletim do IAEM, N.º 61. Instituto de Altos Estudos Militares. Lisboa: p. 137 – 207.
- GARCIA, Proença (2003) – Análise Global de uma Guerra – Moçambique. Lisboa: Editora Prefácio.
- GARCIA, Proença (2003) – A política interna portuguesa e as ópticas quanto ao Ultramar. In Estratégia, Volume XIV. Instituto Português da Conjuntura Estratégica. Lisboa: p. 45 – 83.
- GARRIDO, Álvaro – Conjunturas políticas e economia. In História Económica de Portugal (1700 – 2000). Volume III. Lisboa:
- LOPES, Silva (2004) – A Economia Portuguesa no Século XX. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- MARTINEZ, Pedro Soares (1986) – História Diplomática de Portugal. Lisboa: Verbo Editora.
- MARTINS, Fernando (2001) – Uma Revolução Tranquila? Da Política Externa da Guerra Civil de Espanha ao Pacto do Atlântico. Comunicação apresentada no âmbito do I Ciclo de Conferências sobre Diplomacia e Guerra – Política externa e política de defesa em Portugal do final da monarquia ao marcelismo, realizada em Évora em 2000.
- MATEUS, Abel (1998) – Economia Portuguesa: crescimento no contexto internacional (1910-1998). Lisboa: Editora Verbo.

- MIRANDA, Jorge (1992) – As Constituições Portuguesas, de 1822 ao texto actual da Constituição. 3ª Edição. Lisboa: Livraria Petrony, LDA.
- MOREIRA, Adriano (1956) – Política Ultramarina. V. N. de Famalicão: Tipografia Minerva.
- MOREIRA, Adriano (1959) – A África e o Ultramar Português na Conjuntura Internacional. Instituto de Altos Estudos Militares.
- MOREIRA, Adriano (1977) – O Novíssimo Príncipe – Análise da Revolução. Braga: Editorial Intervenção, Lda.
- MOREIRA, Adriano (1987) – A Europa em Formação (A Crise do Atlântico). 3ª Edição. Academia Internacional da Cultura Portuguesa. Lisboa:
- MOREIRA, Adriano (1993) – Perspectivas da inserção da comunidade europeia no sistema internacional em mudança. Comunicação apresentada no âmbito do II Congresso Nacional de Auditores, da AACDN, realizado em Lisboa em Dezembro.
- MOREIRA, Professor Adriano, (1999) – Um novo conceito estratégico nacional. In Estudos da Conjuntura Internacional. Lisboa: Publicações D. Quixote.
- MONTEIRO, Pina (1996) – Os interesses nacionais numa perspectiva de defesa nacional. In Boletim IAEM, N.º 37, Instituto de Altos Estudos Militares. Lisboa: p. 71 – 88.
- NOGUEIRA, Franco (1971) – As Crises e os Homens. Lisboa: Livraria Bertrand, S.A.R.L.
- NOGUEIRA, Franco (1979) – Diálogos Interditos – A política externa portuguesa e a guerra de África. Volume I. Lisboa: Editorial Intervenção.
- NOGUEIRA, Franco (1981) – História de Portugal. Porto: Livraria Civilizações.
- NOGUEIRA, Franco (1986) – Um político confessa-se – (Diário: 1960-1968). Porto: Livraria Editora Civilização.
- NUNES, Manuel (2000) – A dimensão sócio-económica: Passado recente, situação actual e futuro relacionamento com países lusófonos. In Estudos sobre as Campanhas de África (1961 – 1974). Instituto de Altos Estudos Militares. Lisboa: p. 35 – 43.
- OLIVEIRA, Ramires de (1993) – História do Exército Português, 1910 – 1945. Volume II. Estado-Maior do Exército. Lisboa:
- OLIVEIRA, Ramires de (1995) – História do Exército Português, 1910 – 1945. Volume IV. Estado-Maior do Exército. Lisboa:
- RIBEIRO, Silva (2004) – Organização Superior de Defesa Nacional, Uma visão estratégica 1640 – 2004. Lisboa: Editora Prefácio
- ROSAS, Fernando (1986) – O Estado Novo nos Anos Trinta. Lisboa: Editora Estampa.
- SALAZAR, Oliveira (1930) – Discurso em 30 de Julho.

- SALAZAR, Oliveira (1959) – A Posição portuguesa em face da Europa, da América e da África. Secretariado Nacional da Informação. Lisboa:
- SALGUEIRO, João (2005) – Bi-Multilateralidade do Relacionamento Português na Europa e no resto do Mundo. In Cadernos Navais, N.º 14 – Julho – Setembro. Grupo de Estudos de Reflexão de Estratégia. Lisboa: Edições Culturais da Marinha. P. 25 – 31.
- SAMPAIO, Jorge (2000) – O Interesse nacional e a Globalização. Comunicação apresentada no âmbito do Seminário “O Interesse Nacional e a Globalização”, realizado no Instituto de Defesa Nacional em Outubro de 1998.
- SAMARA, Maria Alice (2001) – A política externa e a política de defesa: do 5 de Outubro ao Sidonismo. Comunicação apresentada no âmbito do I Ciclo de Conferências sobre Diplomacia e Guerra – Política externa e política de defesa em Portugal do final da monarquia ao marcelismo, realizada em Évora em 2000.
- SANTOS, Loureiro dos (1983) – Incursões no Domínio da Estratégia. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa:
- SARAIVA, Hermano (1998) – História Concisa de Portugal. 19ª Edição. Lisboa: Publicações Europa – América.
- SARAIVA, Hermano (2004a) – História de Portugal, a Primeira República – do 5 de Outubro à crise partidária. Lisboa. Editora Quidnovi.
- SARAIVA, Hermano (2004b) – História de Portugal, a Segunda República – de António Salazar ao Marcelismo. Lisboa. Editora Quidnovi.
- SARAIVA, Hermano (2004c) – História de Portugal, a Terceira República – do 25 de Abril aos nossos dias. Lisboa. Editora Quidnovi.
- TEIXEIRA, Severiano (1996) – O Poder e a Guerra, 1914-1918, Objectivos Nacionais e Estratégias Políticas na Entrada de Portugal na Grande Guerra. Histórias de Portugal. Lisboa: Editorial Estampa.
- TEIXEIRA, Severiano (2004) – O 25 de Abril e a política externa portuguesa. In Relações Internacionais. Março. Lisboa: p. 5 – 12.
- TELO, António (1987) – Portugal na Segunda Guerra. Lisboa: Editora Perspectivas e Realidades.
- TELO, António (1995) – A República e as Forças Armadas. In História de Portugal, dos tempos pré-históricos aos nossos dias. Volume XI – A República. Lisboa: Clube Internacional do Livro.
- TELO, António (1996) – Portugal e a Nato – o reencontro da tradição atlântica. Lisboa: Edições Cosmos.

TELO, António (1999) – Portugal e a OTAN. In Portugal e os 50 anos da Aliança Atlântica – 1949 – 1999. Ministério da Defesa Nacional. Lisboa: p. 71 – 106.

VERÍSSIMO, Henrique (2005) – Economia e Defesa. A Defesa Económica como Componente da Defesa nacional. In Nação e Defesa, N.º 110, Instituto de Defesa Nacional. Lisboa: p. 167 – 189.

VIANA, Rodrigues (1996) – A evolução do Conceito Estratégico Nacional da Fundação ao Estado Novo. Instituto de Altos Estudos Militares. Lisboa:

VIDEMAN, Isabel (1992) – A Arquitectura de defesa e segurança europeia e o papel das instâncias internacionais. In Nação e Defesa, N.º 64, Instituto de Defesa Nacional. Lisboa: p. 97 – 115.

LEGISLAÇÃO E OUTROS DOCUMENTOS OFICIAIS

- Constituição da República de 1911, aprovada em 21 de Agosto.
- Constituição Política da República Portuguesa, aprovada pelo Plebiscito Nacional de 19 de Março de 1933, entrada em vigor em 11 de Abril do mesmo ano e modificada pelas Leis n.os 1885, 1910, 1945, 1963, 1966, 2009 e 2048, respectivamente de 23 de Março e 23 de Maio de 1935, 21 de Dezembro de 1936, 18 de Dezembro de 1937, 23 de Abril de 1938, 17 de Setembro de 1945 e 11 de Junho de 1951.
- Constituição da República de 1971.
- Constituição da República de 1976, aprovada em 2 de Abril.
- Constituição da República de 1982, revisão do Texto Constitucional.
- Constituição da República de 1997, revisão do Texto Constitucional, Lei Constitucional N.º 1/97, de 20 de Setembro.

Leis:

- LEI n.º 1914/35. D.G. I Série. 118 (35-05-24) 731-732. (Lei da Reconstituição Económica).
- LEI n.º 1960/37. D.G. I Série. 204 (37-09-01) 905-914. (Promulga a Organização do Exército).
- LEI n.º 1961/37. D.G. I Série. 204 (37-09-01) 914-920. (Lei do Recrutamento e Serviço Militar).
- LEI n.º 2034/49. D.G. I Série. 156 (49-07-18) 507-515. (Lei do Recrutamento e Serviço Militar - Revisão).
- LEI n.º 2048/51. D.G. I Série. (Suplemento) 117 (51-06-11) 405-412. (Revisão da Constituição da República).
- LEI n.º 2055/52. D.G. I Série. 117 (52-05-27) 605-609. (promulga a organização geral da aeronáutica militar).

- LEI n.º 2060/53. D.G. I Série. 68 (53-04-03) 543-548. (Promulga a organização geral, recrutamento e serviço militar das forças terrestres Ultramarinas).
- LEI n.º 2135/68. D.G. I Série. 163 (68-07-11) 987-998. (Promulga a Lei do Serviço Militar).
- LEI n.º 29/82. D.R. I Série. (82/12/11) 4063-4079. (Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas).
- LEI n.º 39-A/94. D.R. I Série-A. 298 (94/12/27) (Grandes Opções do Plano para 1995).
- LEI n.º 10-A/96. D.R. I Série-A. 71 (96/03/23). (Grandes Opções do Plano para 1996).
- LEI n.º 127-A/97. D.R. I Série-A. 293 (97/12/20) (Grandes Opções do Plano Nacional para 1998).
- LEI n.º 87-A/98. D.R. I Série-A. 301 (98/12/31) (Grandes Opções do Plano para 1999).
- LEI n.º 3-A/2000. D.R. I Série-A. 80 (00/04/04) (Grandes Opções do Plano para 2000).
- LEI n.º 30-B/2000. D.R. I Série-A. 299 (00/12/29) (Grandes Opções do Plano para 2001).
- LEI n.º 109-A/2001. D.R. I Série-A. 298 (01/12/27) (Grandes Opções do Plano para 2002).
- LEI n.º 32-A/2002. D.R. I Série-A. 301 (02/12/39) (Grandes Opções do Plano para 2003).
- LEI n.º 107-A/2003. D.R. I Série-A. 301 (03/12/31) (Grandes Opções do Plano para 2004).
- LEI n.º 55-A/2004. D.R. I Série-A. 304 (04/12/30) (Grandes Opções do Plano para 2005).

Decretos-Lei:

- DECRETO-LEI (de 2 de Março de 1911 – Lei do Recrutamento) D.G. 56 (11-03-10) 406-413. (organiza o serviço de recrutamento para o Exército)
- DECRETO-LEI (de 25 de Maio de 1911 – Reorganização do Exército) D.G. 122 (11-05-26) 1014-1084. (Organização Geral do exército).
- DECRETO-LEI n.º 4 271/18. D.G. I Série. 106 (18-05-16) 764-774. (Organização da secretaria do Ministério das Colónias).
- DECRETO-LEI n.º 11 746/26. D.G. I Série. 130 (26-06-19) 592-594. (Aprova as bases para a para reorganização do Exército Colonial).
- DECRETO-LEI n.º 11 856/26. D.G. I Série. 145 (26-07-07) 706-728. (Reorganiza o Exército Metropolitano).
- DECRETO-LEI n.º 12 017/26. D.G. I Série. 167 (26-08-02) 913-920. (Organização do Exército Metropolitano).
- DECRETO-LEI n.º 18 570/30. D.G. I Série. 156 (30-07-08) 1307-1319. (Aprova o Acto Colonial, em substituição do titulo V da Constituição Política da República Portuguesa).
- DECRETO-LEI n.º 18 633/30. D.G. I Série. 164 (30-07-17) 1406-1408. (Autoriza o Governo a fazer construir os navios que constituem o primeiro período da primeira fase da reconstrução da Marinha de Guerra).

- DECRETO-LEI n.º 21 608. D.G. I Série. (32-08-20). (Aprova os Estatutos da União Nacional).
- DECRETO-LEI n.º 22 465. D.G. I Série. 83 (33-04-11) 650-652. (Publica de novo o Acto Colonial).
- DECRETO-LEI n.º 28 520/38. D.G. I Série. 60 (38-03-15) 566-587. (A constituir uma Missão Militar às colónias).
- DECRETO-LEI n.º 29 686/39. D.G. I Série n.º 137, (39/06/14) p. 598-599. (Fixa nas Colónias, em tempo de Paz e provisoriamente, as Unidades e formações militares, além das destinadas à defesa aérea e à defesa costeira).
- DECRETO-LEI n.º 37 542/49. D.G. I Série. 195 (49-09-06) 649-650. (A passar para a dependência do Ministério da Guerra os serviços militares das colónias, incluindo as tropas nelas constituídas ou eventualmente destacadas).
- DECRETO-LEI n.º 39 541/54. D.G. I Série. 35 (54-02-16) 79-122. (Estabelece normas gerais referentes a quadros e efectivos das forças terrestres Ultramarinas e define a sua constituição e composição).
- DECRETO-LEI n.º 39 749/54. D.G. I Série. 173 (54-08-09) 825-832. (A reorganizar a Polícia Internacional e Defesa do Estado e a alargar as suas competências ao Ultramar).
- DECRETO-LEI n.º 41 559/58. D.G. I Série. 54 (58-03-15) 149-150. (Promulga a organização geral, recrutamento e serviço militar das forças terrestres Ultramarinas – actualização).
- DECRETO-LEI n.º 41 577/58. D.G. I Série 69 (58-04-02) 1197-200. (Alteração no disposto no Decreto-Lei n.º 29 541).
- DECRETO-LEI n.º 42 564/59 D.G. I Série 230 (59-10-07) 1236-1262. (A promulgar a organização geral do Ministério do Exército).

Resoluções do Conselho de Ministros:

- N.º 10/85. D.R. I Série. 42 (85-02-20) 377-380. (Aprova o Conceito Estratégico de Defesa Nacional).
- N.º 9/94. D.R. I Série-B. 29 (94-02-04) (Aprova o Conceito Estratégico de Defesa Nacional).
- N.º 6/2003. D.R. I Série-B. 16 (03/01/20) 279-287 (Aprova o Conceito Estratégico de Defesa Nacional).
- Programa de Estabilidade e Crescimento 2005-2009, aprovado em Conselho de Ministros em 2 de Junho de 2005.

ENTREVISTAS

- Professor Doutor António Telo, em 21 de Junho de 2005.
- Professor Doutor César das Neves, em 13 de Julho de 2005.

Apêndice A (ANTECEDENTES E ORDEM MUNDIAL NO INÍCIO DO SÉCULO XX)

É ponto assente, para a grande maioria dos historiadores portugueses, que o século XX se iniciou muito antes do que nos diz o calendário. Não falamos de tempo, mas antes de factos ocorridos durante o século XIX, que tiveram grande influência no último século.

Internamente, a independência do Brasil, que nos levaria a «*olhar*» para África, segundo Brandão Ferreira, na sequência da Directiva de Sá da Bandeira de 1836, após o período agitado de indignação e reflexão, Portugal concentrou o seu esforço estratégico em África (2002, p. 26), e, externamente, a Conferência de Berlim, em 1885, em que a Europa disputou África, com grande significado para Portugal, modificaram, em muito, todos os espectros que se viviam na Europa, local onde era, ainda, jogada a conjuntura internacional.

Neste âmbito, procurámos elencar, cronologicamente, os factos que nos pareceram mais relevantes e de maior ressonância histórica que nos ajudem a compreender a acção estratégica nacional até à Primeira Guerra Mundial.

Na Europa, em finais do século XIX, emergia “ (...) a questão das Nacionalidades, que dominam as relações internacionais e os seus argumentos habituais: a diplomacia e a guerra” (Viana, 1996, p.173).

Em Portugal viviam-se momentos conturbados. O poder mudava constantemente de mãos pelo que não existia qualquer orientação política. Este «*status quo*» não permitiu responder adequadamente ao novo facto que renascia, a nova corrida a África. Segundo Franco Nogueira, “ (...) Inglaterra, França e Alemanha partilham o continente negro; e Portugal, como no passado, não pôde eximir-se às consequências de um expansionismo europeu que transportava para além-mar a luta de hegemonias e a busca de um equilíbrio em que havia séculos se afrontavam as potências” (1971, p.300).

Até a Alemanha, que até então tinha mostrado desinteresse relativamente ao Ultramar, “ (...) por falta de tradições bastantes, por carência de meios navais para fazer frente às armadas britânicas e pelo ambicioso plano de constituir um grande império que abrangesse todos os povos de raça germânica” (Martinez, 1986, p.502), entra também na corrida, apoderando-se de territórios africanos.

É à luz desta situação, “ (...) partilha de África entre as potências europeias, interessando-as em empreendimentos que desviassem as suas atenções da reestruturação da Europa; e

sobretudo da Europa Central” (Martinez, 1986, p.503), que deve ser entendida a Conferência de Berlim.

O Acto Geral da Conferência de Berlim, de 26 de Fevereiro de 1885, afirmou o princípio da ocupação efectiva, isto é, quem “ (...) quiser ter direitos a territórios em África tem que os ocupar efectivamente. Quer dizer, político/administrativamente e militarmente” (Ferreira, 2002, p.61) e baseada numa autoridade suficiente para fazer respeitar os direitos adquiridos, e o de liberdade do comércio e do trânsito. Apesar do que se conseguiu salvar, “ (...) estava-se em face de uma derrota para Portugal e para todas as potências que tendo realizado grandes esforços no Ultramar, não dispunham nem de gente nem de capitais para assegurar uma ocupação efectiva e julgada suficiente de tão vastos territórios” (Martinez, 1986, p.504).

A política de «*ocupação efectiva*» imposta pela Inglaterra¹ levou o governo português a estabelecer objectivos para continuar a manter o domínio das colónias, nesse sentido, “ (...) promulgou, em 10 de Fevereiro de 1890, um conjunto de Decretos destinados a organizar e a edificar as capacidades do Exército e da Marinha, numa perspectiva conjunta de defesa nacional” (Ribeiro, 2004, p.102). No entanto, a crise económica e financeira que se vivia a nível mundial não permitiu dar corpo a tão profundas alterações. Não podemos contudo deixar de afirmar o quanto esta legislação é “ (...) meritória, porque denota, pelo menos, saber sobre o caminho a seguir (...)” (Ribeiro, 2004, p.102) e prepara a entrada no Século XX².

Anteriormente, em 1887, mas datado de 1886, surge o Mapa Cor-de-Rosa³ (figura 1), apresentado à Câmara dos Deputados por Barros Gomes, à data Ministro dos Negócios Estrangeiros. Neste mapa Angola e Moçambique apareciam ligados. Todavia, as pretensões portuguesas eram incompatíveis com a vontade expansionista britânica, e, em particular, a de *Cecil Rhodes*, que lançara o lema do Cabo ao Cairo.

¹ Todavia, segundo Adriano Moreira, a “ (...) Inglaterra, pela voz de *Sir Edward Malet*, combateu essa doutrina e sustentou que o método do protectorado colonial, criando um complexo de deveres para o Estado protector em relação às organizações tribais protegidas, não exigia todavia uma efectividade de ocupação” (1956, p.32).

² No entanto, nem com a criação do Supremo Conselho de Defesa Nacional por Decreto de 24 de Dezembro de 1906, a quem “ (...) competia realizar funções no âmbito do planeamento estratégico militar, nas suas vertentes estrutural, genética e operacional, o que, associado à sua organização e composição, evidencia a génese de um Estado-Maior conjunto, com as secções do Exército e da Marinha, semelhante a um Ministério da Defesa Nacional” (Ribeiro, 2004, p. 111), e auxiliava o Governo na tomada de decisão, desapareceu a cultura que privilegiava os desempenhos personalizados, que se vivia na época, e os “ (...) ministros sentiram imediatamente que o correcto funcionamento do Supremo Conselho de Defesa Nacional retirava o cunho pessoal à acções de planeamento da defesa nacional” (Ribeiro, 2004, p. 111). Foi assim perdida oportunidade única de estabelecer ligação estreita entre os Ramos das Forças Armadas existentes à época.

³ O Mapa Cor-de-Rosa tem os seus primórdios no início do reinado de Filipe I, quando Domingos de Abreu e Brito tinha defendido como uma das principais razões para não se abandonar Angola a possibilidade de ligação rápida à outra costa onde se encontravam as ricas minas de Monomopata (Ferreira, 2002, p.61).

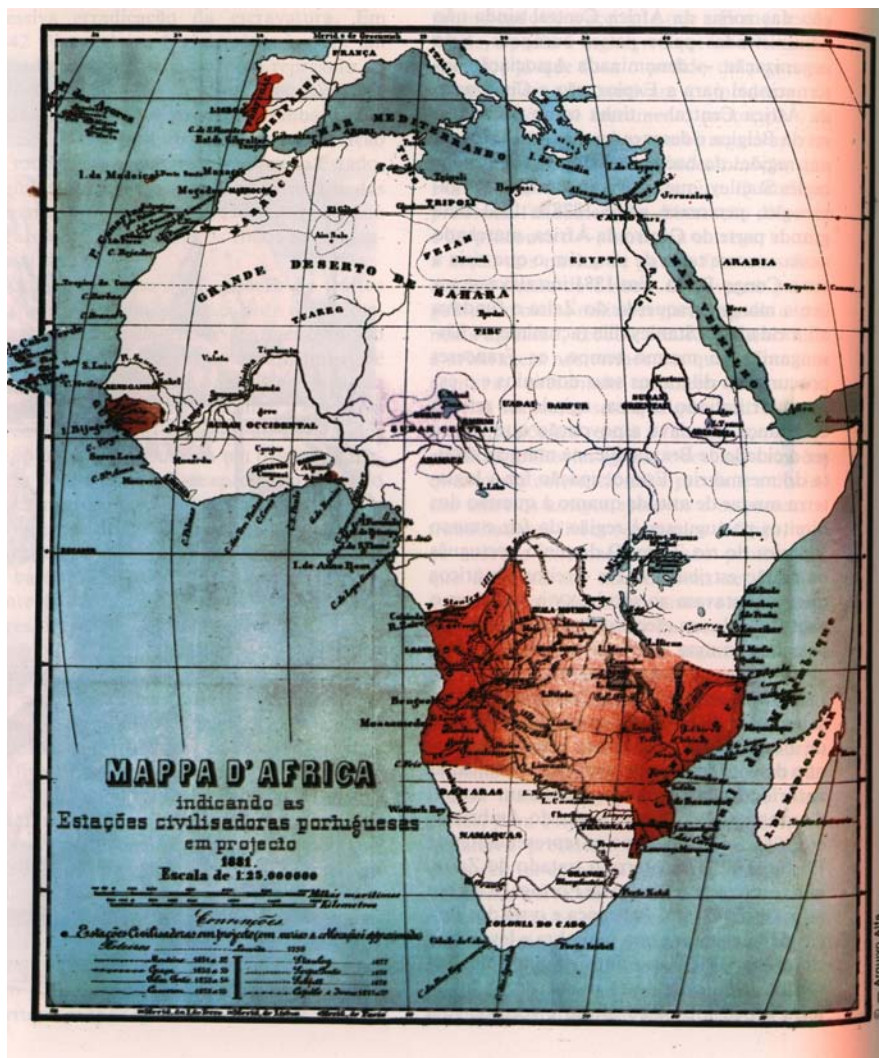


Figura 1 – Mapa Cor-de-Rosa

É portanto no Ultimato de 1890^{4 5} e nas suas consequências para a política portuguesa⁶ que podemos encontrar, no final do século XIX e princípio do século XX, a grande dominante para o CEN até ao Estado Novo, como aliás refere o Professor Adriano Moreira: “ (...) na experiência próxima do país, naquilo que respeita à mudança do conceito estratégico com acento tónico na colonização, a história do processo inicia-se com o Ultimatum britânico de Janeiro de 1890” (1999, p.312).

Em virtude da assinatura da convenção Anglo-Alemã, em 1 de Outubro de 1898, “as chancelarias inglesa e alemã concertaram em segredo um tratado para a partilha das colónias

⁴ A proibição, pelo Parlamento Inglês, em 1807, do tráfico de escravos e a abolição da escravatura em 1820, em que a partir daí a economia inglesa perdeu competitividade, foi o catalisador específico para a evolução do sistema internacional durante grande parte do Século XIX e início do Século XX (Ribeiro, 2004, p. 101)

⁵ As notícias do Ultimato e da atitude do governo foram imediatamente publicadas pela Imprensa. O jornal «O Século» dramatizava os acontecimentos, com o título «Lisboa Bombardeada» (Saraiva, 2004, p. 11).

⁶ Entre as quais se inclui a implantação da República.

portuguesas em África. Este convénio originou uma aproximação ao governo português, propondo-se um empréstimo financeiro. A proposta foi recusada⁷” (Ferreira, 2002, p.64).

Todavia, como refere Franco Nogueira, depois da “ (...) crise com Inglaterra, não estavam findas as preocupações ultramarinas. Era a tradição: paz com Portugal na Europa; guerra ao que Portugal possuísse além-mar” (1971, p.343).

O final do século XIX e o início do século XX são marcados “ (...) por duas características fundamentais: (...) pelo nascimento e reforço de novas construções diplomáticas e sistemas de alianças entre as grandes potências europeias⁸ (...) e pela expansão europeia para zonas fora da Europa e o consequente choque dos imperialismos” (Teixeira, 1996, p.61). Apesar de ser um sistema euromundista⁹, despontavam já outras duas potências extra-europeias, os EUA e o Japão. O Embaixador Franco Nogueira, em relação a estes dois actores afirma que “ (...) os Estados Unidos da América (...) batem já os interesses britânicos e Franceses na América do Sul e começam a prestar atenção a África; e o Japão (...) inicia o seu expansionismo na China e por todo o sudeste asiático. A América do Norte iria romper com o isolamento recomendado por *Washington* e *Jefferson*, e o Japão, aproveitando-se da aliança anglo-nipónica, iria dar os primeiros passos no seu caminho imperial” (1971, 361).

Mas a ilusória estabilidade mundial, ao melhor estilo da «*Paz Perpétua*» de *Kant*, iria ser quebrada em “ (...) teatros extra-europeus, do Extremo-Oriente à Ásia Menor, passando por vários pontos do continente africano, em particular pelo Norte de África, segundo os jogos de interesses e o equilíbrio das potências europeias, que condicionavam, deste modo, o evoluir dos sistemas de aliança” (Teixeira, 1996, p.62).

Fontes:

⁷ A proposta da Alemanha e da Grã-Bretanha hipotecava as colónias de Angola, Moçambique e Timor, já que controlava a arrecadação das receitas alfandegárias daqueles territórios através dos países credores. (Oliveira, 1995, p. 41).

⁸ A «*Tríplice Aliança*», que agrupava os Impérios Alemão e Austro-Húngaro e a Itália, constituía-se como o primeiro sistema de alianças. Mais tarde, por interesses próprios que tinham como principal fundamento o colonialismo, surgiu a «*Entente Cordiale*», entre a França e a Inglaterra (mais tarde transformada em «*Tripla Aliança*» coma a junção da Rússia).

⁹ “O Euromundo, que atingiu o seu ponto crítico na Conferência de Berlim de 1885, era o Mundo regido por um Ocidente das potências, já descentralizado no seu governo pela Revolução Americana. Um processo que começou com a desagregação do modelo da «*Respublica christiana*» que serviu para organizar a ocidental.” (Moreira, 1987, p. 57) A guerra de 1939-1945 foi o ponto final do Euromundo. Alguns dos vencedores esgotaram-se com a vitória como aconteceu com a Inglaterra e com a França. Os desviacionismos americano e soviéticos cresceram em poder e preparam-se para organizar um mundo bipolar.

FERREIRA, Brandão (2002) – Evolução do Conceito Estratégico Ultramarino Português: da Conferência de Berlim à descolonização. Lisboa: Editora Hugin.

MARTINEZ, Pedro Soares, (1986) – História Diplomática de Portugal. Lisboa: Verbo Editora.

MOREIRA, Adriano (1956) – Política Ultramarina. V. N. de Famalicão: Tipografia Minerva.

MOREIRA, Adriano (1987) – A Europa em Formação (A Crise do Atlântico). 3ª Edição. Academia Internacional da Cultura Portuguesa. Lisboa:

MOREIRA, Professor Adriano, (1999) – Um novo conceito estratégico nacional in Estudos da Conjuntura Internacional. Lisboa: Publicações D. Quixote.

NOGUEIRA, Franco (1971) – As Crises e os Homens. Lisboa: Livraria Bertrand, S.A.R.L.

OLIVEIRA, Ramires de (1995) – História do Exército Português, 1910 – 1945. Volume IV. Estado-Maior do Exército. Lisboa:

RIBEIRO, Silva (2004) – Organização Superior de Defesa Nacional, Uma visão estratégica, 1640 – 2004. Lisboa: Editora Prefácio

SARAIVA, Hermano (2004) – História de Portugal, a Primeira República – do 5 de Outubro à crise partidária. Lisboa. Editora Quidnovi.

TEIXEIRA, Severiano (1996) – O Poder e a Guerra, 1914-1918, Objectivos Nacionais e Estratégias Políticas na Entrada de Portugal na Grande Guerra. Histórias de Portugal. Lisboa: Editorial Estampa.

VIANA, Rodrigues (1996) – A evolução do Conceito Estratégico Nacional da Fundação ao Estado Novo. Instituto de Altos Estudos Militares. Lisboa:

Apêndice B (CLASSIFICAÇÃO POLÍTICA DAS COLÓNIAS)

Como refere o Professor Adriano Moreira (1956, p. 31) a Classificação das Colónias pode ser feita segundo variadíssimos critérios, apontando-se designadamente os seguintes: geográfico, raça dos habitantes, grau de civilização, separação da Metrópole. Todavia, é muito geral a tendência para adoptar uma classificação exclusivamente política. A situação geográfica é frágil critério dada a possibilidade da própria contiguidade territorial; o critério da raça é inaceitável por existirem Metrópoles que constituem sociedades multirraciais; o grau de civilização leva às controvérsias mais insolúveis, porque não há qualquer tábua racional para valorar as civilizações (1956, p. 31).

A seguir é apresentada a classificação política das colónias, que segundo Adriano Moreira parece ter encontrado algum consenso nos escritores clássicos (1956, p.31):

a) *Colónias de administração directa*: Nestas colónias o poder político metropolitano exerce-se directamente sobre o território e a população, sobre os quais não se encontra, por isso, qualquer poder político originário que fosse limitado embora, mas aproveitado, pelo colonizador. São os agentes do Estado colonizador quem desempenha todas as tarefas de administração e detêm o poder. O território da colónia é considerado como fazendo parte do território do Estado colonizador, e este esquema seria até a única forma possível de organizar a colonização dos povos que não exibem qualquer elemento apreciável de civilização.

b) *Protectorados*: Sob esta designação já a doutrina compreende fenómenos que não são absolutamente reconduzíveis ao mesmo esquema. De qualquer modo parece poder dizer-se que sobre esta designação se compreendem três espécies: 1) um protectorado de simples *contrôle*, que se traduz em determinado Estado se comprometer a não exercer as faculdades internacionais em que se analisa a sua soberania, sem o consentimento prévio do Estado chamado protector; 2) protectorado com representação, que se verificará sempre que o Estado protector exerce, em nome e no interesse do Estado protegido, as faculdades em que se analisa a soberania deste; 3) protectorado colonial, que não é um fenómeno de direito internacional nem implica uma coordenação de soberanias. Trata-se de reconhecer as organizações políticas primárias dos colonizados para as utilizar como instrumento da política do Estado colonizador.

c) *Esferas de influência*: Entende-se por esfera de influência de certa potência o território que lhe é reservado quer para o exercício da própria actividade económica ou colonizadora, quer para uma eventual ocupação futura. Claro que a esfera de influência que interessa à política

colonial é a que se destina à ocupação. Podem, neste campo, apontar-se três espécies de esferas de influência: 1) aquela que é definida por um Estado soberano, sobre o seu próprio território, a favor de outro, a quem reconhece assim uma pluralidade de privilégios, e que é válida para todos os Estados; 2) a que se traduz em duas ou mais potências convencionarem que certas áreas territoriais, que aliás não lhes pertencem, ficam respectivamente reservadas à acção da potência indicada no tratado. Os Estados signatários comprometem-se a abster-se de qualquer tentativa de ocupação dentro da zona delimitada; 3) a talhada unilateralmente e anunciada à comunidade das nações, em regra como acto preparatório de execução de uma política imperialista ou de força. Trata-se de prevenir a comunidade internacional de que a potência declarante reserva para si a exclusiva futura ocupação e domínio, ou económico, ou político, de certas regiões.

d) *Cessões por arrendamento*: A ocupação dos territórios alheios pode ser feita por meio de arrendamento, com toda a aparência do arrendamento entre particulares. Foi deste modo que Macau foi cedida pela China a Portugal em 1557, mediante uma renda anual de 500 taéis, arrendamento que só em 1887 se transformou em cessão definitiva.

e) *Cessões de administração*: As cessões de administração traduzem-se na transferência de certo território para o domínio de um Estado, encarregado de o administrar, sem todavia adquirir a soberania. Esta, juridicamente, continua a pertencer ao Estado cedente, mas o poder real encontra-se nas mãos do Estado cessionário.

f) *Settlements*: Esta designação refere-se especialmente a zonas territoriais limitadas que o Governo Chinês concedeu a alguns Estados para que os seus súbditos ali pudessem viver sob a protecção das próprias leis, num regime de extraterritorialidade.

Fonte:

MOREIRA, Adriano, (1956) – Política Ultramarina. V. N. de Famalicão: Tipografia Minerva